

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em Enfermagem



Dissertação

**A ESCOLA COMO COMPONENTE DA REDE SOCIAL DE APOIO À
PATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA**

Tatiane Machado da Silva Soares

Pelotas, 2010

TATIANE MACHADO DA SILVA SOARES

**A ESCOLA COMO COMPONENTE DA REDE SOCIAL DE APOIO À
PATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (Área de concentração: Práticas Sociais em Enfermagem e Saúde) da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Enfermagem.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Maria Cecília Lorea Leite

Co-Orientador: Sonia Maria Könzgen Meincke

Pelotas, 2010

TATIANE MACHADO DA SILVA SOARES

**A ESCOLA COMO COMPONENTE DA REDE SOCIAL DE APOIO À
PATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (Área de concentração: Práticas Sociais em Enfermagem e Saúde) da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Enfermagem.

Banca Examinadora

Dr^a. Maria Cecília Lorea Leite – Orientadora

Dr. Ricardo Azevedo Silva

Dr^a. Marilu Corrêa Soares

Dr^a. Eda Schwartz

Dr. Álvaro Luis Moreira Hypólito

Conceito: _____

Pelotas, _____ de _____ de _____.

AGRADECIMENTOS

Neste momento de conclusão dos meus estudos no Programa de Pós-Graduação da FEN-UFPel gostaria de agradecer a todos aqueles que me apoiaram e me incentivaram a continuar até o fim.

Primeiramente eu agradeço a **Deus**, que está sempre presente em minha vida, me iluminando e guiando cada um dos meus passos, e me dando força e fé em todos os momentos.

Aos meus pais **José Tadeu e Maria**, que sempre me apoiam em cada uma de minhas decisões, sem sequer questioná-las. Vocês são as luzes que iluminam meu caminho e a força que me faz levantar a cada tropeço ou queda que me desanima.

Ao meu esposo **Márcio**, que acreditou e confiou em mim desde o primeiro momento, tornando-se a pessoa mais importante na minha vida, e que hoje é um grande companheiro.

À minha irmã **Patrícia**, ao meu sobrinho **Pedro** e ao meu cunhado **Elenilton**, que sempre têm um abraço apertado ou palavra amiga nas horas mais difíceis.

À minha psicóloga **Fernanda Hallal**, que é uma pessoa muito importante na minha caminhada e nas minhas conquistas.

À minha orientadora **Maria Cecília**, pelo carinho e dedicação.

À prof^a. **Sônia Maria K. Meincke** pelo carinho, dedicação, amizade e de incentivo.

DEDICATÓRIA

A todos os pais adolescentes que aceitaram participar deste estudo e que me fizeram enxergá-los com outros olhos e respeitá-los como cidadãos e homens que são.

RESUMO

Soares, Tatiane Machado da Silva. **A escola como componente da rede social de apoio à paternidade na adolescência.** 2010. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Faculdade de Enfermagem. Universidade Federal de Pelotas.

O presente estudo teve como objetivo conhecer as percepções do pai adolescente acerca da escola como uma rede social de apoio à paternidade na adolescência. Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, que utilizou como referencial teórico os conceitos de Sluzki sobre redes sociais. Foi desenvolvido com cinco pais adolescentes; dois eram estudantes de uma Escola Pública Municipal na cidade de Pelotas e três eram participantes de uma pesquisa multicêntrica denominada Redes de Apoio à Paternidade na Adolescência. Após o consentimento dos participantes, iniciou-se a coleta de dados, que ocorreu nos meses de agosto e setembro de 2009, no domicílio de cada um dos pais adolescentes. Utilizou-se como técnica de coleta a aplicação de um questionário semiestruturado, com perguntas abertas. As entrevistas foram gravadas, fielmente transcritas, analisadas e organizadas em temáticas. Constatou-se que os pais adolescentes evadiram da escola antes da paternidade, devido à necessidade de trabalhar e obter recursos financeiros para o próprio sustento. Nenhum deles tinha conhecimento sobre redes sociais de apoio e também desconheciam seus direitos de cidadãos e estudantes, que estão descritos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A escola, na visão de cada um deles, também não demonstrou nenhuma preocupação ou incentivo em ajudá-los a permanecer estudando. Faz-se necessário divulgar a estes pais seus direitos como cidadãos, pois só através de informação e educação é que eles conseguirão atingir seus objetivos como homens, como pais e como cidadãos.

Palavras-chave: adolescência, paternidade, escola, sexualidade.

ABSTRACT

Soares, Tatiane Machado da Silva. **A escola como componente da rede social de apoio à paternidade na adolescência.** 2010. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Faculdade de Enfermagem. Universidade Federal de Pelotas.

The present study had as objective to know the perceptions of adolescent fathers about school as a social network of support for paternity in the adolescence. This is a study with qualitative approach, which used as a theoretical reference the Sluzki's concept on social networks. It was developed with five teenage parents: two were students of a local public school in the city of Pelotas and three were participants in a multicentric research called Support Network to Paternity in Adolescence. After the consent of participants, the collecting data began, which has occurred in the months of August and September of 2009, at home of each parent teenagers. The application of a semistructured questionnaire with open questions was used as a collection technique. The interviews were recorded, faithfully transcribed, analyzed and organized into themes. It was found that teenage parents escaped from the school before the paternity because of the need to work and obtain financial resources to support themselves. None of them had knowledge about social support networks and also unaware of their rights as citizens and students, which are described in the Law of Directives and Bases of Education. The school, in the view of each of them, also showed no concern or encouragement to help them stay in school. It is necessary to disclose these parents their rights as citizens, because only through information and education is that they could reach their goals as men, as parents and as citizens.

Keywords: adolescence, paternity, school, sexuality.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 ORIGEM, PROBLEMÁTICA E JUSTIFICATIVA	10
1.2 OBJETIVOS	19
1.2.1 Objetivo Geral	19
1.2.2 Objetivos Específicos	19
1.3 PRESSUPOSTOS.....	19
2 REVISÃO DE LITERATURA	22
2.1 PATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA	22
2.2 FAMÍLIA E ESCOLA: COMPONENTES DA REDE SOCIAL DE APOIO À PATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA.....	29
2.3 ORIENTAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS	32
3 METODOLOGIA	36
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	36
3.2 LOCAL DA PESQUISA	37
3.3 SUJEITOS DA PESQUISA.....	37
3.4 CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO DOS SUJEITOS.....	38
3.5 ASPECTOS ÉTICOS.....	38
3.6 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS.....	39
3.7 INSTRUMENTO PARA A COLETA DE DADOS	40
3.8 ANÁLISE DOS DADOS.....	40
4 CRONOGRAMA	42
5 RECURSOS DO PROJETO	43
REFERÊNCIAS	44
APÊNDICES	52
ANEXOS	58
RELATÓRIO DO TRABALHO DE CAMPO	60
ARTIGO: Pais adolescentes e suas expectativas em relação à escola	68

Projeto de Pesquisa

TATIANE MACHADO DA SILVA SOARES

**A ESCOLA COMO UM COMPONENTE DA REDE SOCIAL DE APOIO À
PATERNIDADE NA ADOLESCENCIA**

Projeto de dissertação apresentado a Banca de Qualificação do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, em nível de Mestrado, da Universidade Federal de Pelotas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Cecília Lorea Leite
Co- Orientadora: Sonia Maria Könzgen Meincke

Pelotas, 2009

1 INTRODUÇÃO

1.1 ORIGEM, PROBLEMÁTICA E JUSTIFICATIVA

Vivenciar a adolescência e conseguir lidar com a sexualidade numa sociedade que a todo instante nos desafia é, muitas vezes, uma grande conquista. Cada vez mais, os adolescentes iniciam cedo sua vida sexual, seguidamente sem cuidados contraceptivos, expondo-se, dessa maneira, à gravidez e à paternidade precoces, bem como a doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). Esses fatos, conseqüentemente, contribuem para aumentar o número de mães/pais adolescentes e/ou contaminados com o vírus da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS). O comportamento sexual dos adolescentes pode estar baseado no sexo sem amor, na afirmação do corpo, na busca do prazer e principalmente na conquista de um espaço (ALVES; SILVA, MS; SILVA, MS, 2004).

A gravidez precoce é uma das ocorrências preocupantes relacionadas à sexualidade na adolescência, uma vez que pode desencadear conseqüências na vida dos adolescentes, dos filhos que estão por vir e nas famílias. Entendo que essa situação não se restringe apenas à mãe adolescente, mas se estende também ao pai. Percebo que a paternidade na adolescência está levando muitos adolescentes a abandonarem os estudos. Ao se tornarem pais, muitas vezes desistem da escola para trabalhar e assumir responsabilidades de adultos, ou seja, tornarem-se provedores do lar para sustentarem seus filhos e suas companheiras.

De acordo com Yépez e Pinheiro (2002), a falta de oportunidades sociais, econômicas e culturais cria uma situação de vulnerabilidade extrema, provocando no adolescente sentimentos de incerteza e insegurança. Assim como a reprodução de um círculo vicioso ao qual está atrelado como única garantia de sobrevivência.

Observo que, quando os adolescentes deixam de estudar ou de realizar seus desejos, podem sentir-se frustrados, pois a falta de estudo e qualificação os impede de competir no mercado de trabalho. Na maioria das vezes, em algum momento,

isso já aconteceu com seus familiares, por esse motivo é que se fala na reprodução do círculo vicioso.

Por outro lado, nos dias atuais, os adultos que cercam o adolescente, pais e professores, geralmente, no cotidiano, têm dificuldade para abordar a sexualidade com ele, evitando, dessa forma, que os adolescentes tenham uma fonte segura de esclarecimento para as suas dúvidas (CANO e FERRIANI, 2000).

Entendo que a parceria entre escola, família e profissionais da área saúde seria uma das alternativas para se buscar outros espaços de discussão e modos de orientação sexual aos adolescentes, contribuindo para que esta tarefa educativa seja mais efetiva. Penso que, apesar da dificuldade de pais e educadores em abordar questões relativas à sexualidade, nas últimas décadas do século XX parece ter havido um avanço nos debates sobre o tema, evidenciando maior preocupação e abertura para tratar tais questões, tanto na escola quanto na família.

Considero que a instituição escolar tem um importante espaço e especial papel a desempenhar, principalmente na orientação sobre a sexualidade. Cabe, portanto, refletir sobre de que modo a escola está imbricada nessa problemática, sobre como ela se relaciona com outras áreas do saber, como a medicina e a demografia, a fim de orientar jovens e crianças a respeito da sexualidade (ALTMANN, 2007).

Nessa perspectiva, ressalto a importância da relação da escola com todos os profissionais da área da saúde, em especial com os (as) enfermeiros (as), a fim de que as crianças e os adolescentes sejam orientados para vivenciarem, da forma mais saudável possível, a sua sexualidade, daí a importância da inserção dessa temática no currículo escolar.

A discussão sobre a inclusão da sexualidade no currículo escolar vem ocorrendo desde o início do século XX, pela influência das concepções médico-higienistas do século XIX. Nos anos de 1920, o movimento feminista, liderado por Berta Lutz, tentou a implantação da educação sexual nas escolas, com o objetivo de proteção à infância e à maternidade. Em 1928, foi discutida no Congresso Nacional dos Educadores a aprovação de um Programa de Educação Sexual, mas somente para crianças acima de 11 anos. Porém, ainda nas décadas de 40 e 50, não se tinha praticamente conhecimento de trabalhos ou iniciativas de educação sexual, pois a Igreja Católica exercia grande influência no sistema educacional nesse período (BONATO, 1999; GUIMARÃES, 1995; SAYÃO, 1997).

Foi no início da década de 60 que algumas escolas públicas e particulares, principalmente dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, tentaram a implantação de programas de orientação sexual. Contudo, devido às mudanças políticas geradas pelo golpe de 1964, muitas dessas experiências foram interrompidas, em consequência da repressão e moralismo vigentes (RIBEIRO; SOUZA, 2002).

Em 1968, a deputada federal Júlia Steinbruck apresentou um projeto de lei propondo a introdução obrigatória de educação sexual em todas as escolas de ensino fundamental e médio do país. A Comissão Nacional de Moral e Civismo do Ministério da Educação e Cultura foi radicalmente contra o projeto e o rejeitou (RIBEIRO; SOUZA, 2002).

Na segunda metade da década de 70, com o processo de reabertura política e o conseqüente abrandamento da censura, ressurgiu o interesse pela educação sexual, motivado pelos movimentos feministas, pelos movimentos de controle populacional, pela mudança no comportamento sexual do adolescente, devido ao surgimento da pílula anticoncepcional, e também pelo avanço da medicina no controle das DSTs (GUIMARÃES, 1995; SAYÃO, 1997).

Segundo Figueiró (1996), no início da década de 80 surgiram as primeiras publicações que encararam a educação sexual como um instrumento de transformações sociais, ou seja, como uma atividade política. Nessa década, muitas escolas abriram espaço para a discussão da sexualidade através de palestras, encontros e debates, a cargo de médicos e/ou psicólogos, ou através da abordagem dos conteúdos relativos à reprodução humana nas disciplinas de Ciências e Biologia.

Nos anos 90, várias prefeituras implantaram projetos de orientação sexual nas escolas, destacando-se os trabalhos desenvolvidos nas redes municipais de São Paulo e Porto Alegre (JACOBY et al., 1999). Nesse período, várias instituições não governamentais (ONGs), como a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS do Rio de Janeiro (ABIA), os Centros de Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana de São Paulo (ECOS) e o Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual de São Paulo (GTPOS), entre outras, passaram a produzir materiais educativos (vídeos, manuais, guias) para o trabalho de orientação sexual, como também para o preparo de educadores (BONATO, 1999; SAYÃO, 1997).

Em 1995, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) implantou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que apresentam um conjunto de temas – Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual – os quais receberam o título de Temas Transversais para o Ensino Fundamental. Conforme os PCNs, a orientação sexual na escola deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica, tendo como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados (BRASIL, 1997).

O Programa Conjunto das Nações Unidas em HIV/Aids (UNAids) realizou uma atualização através de uma revisão de estudos da Organização Mundial de Saúde (OMS) acerca do efeito da educação na saúde sexual, com o propósito de avaliar as conseqüências dessa educação na saúde escolar. Tal estudo mostrou que o comportamento responsável e seguro pode ser aprendido; que a educação sobre sexualidade e/ou HIV não estimula o aumento da atividade sexual, e que programas de qualidade ajudam a adiar a primeira relação sexual e a proteger os adolescentes das DSTs, da Aids e da gravidez. Além disso, também serviu para constatar que o início da educação sobre saúde sexual deve anteceder a atividade sexual, fato que se justifica pela ocorrência de um maior número de alunos matriculados no ensino fundamental do que no ensino médio, e porque, em muitos países, a maioria das crianças já saiu da escola aos 15 anos (UNAids, 1999).

Compreender a adolescência sempre foi para mim um grande desafio, pois as mudanças pelas quais os adolescentes passam nessa etapa da vida podem se apresentar, algumas vezes, um tanto complexas. É uma mistura de rebeldia, amadurecimento, descobertas, dúvidas e muitos outros sentimentos. Sem falar nas mudanças físicas que ocorrem repentinamente e que podem trazer reflexos, tanto no comportamento, como com relação à sexualidade.

Há estudos que apontam que a maturidade reprodutiva pode estar se desenvolvendo antes da maturidade psicossocial, levando cada vez mais cedo os adolescentes a iniciarem a vida sexual, frequentemente sem preparo e conhecimento. Rodrigues et al. (2003) comentam que, na adolescência, o desenvolvimento biológico ocorre de forma acelerada, enquanto que o psicológico surge lentamente e de maneira sinuosa, situação que permite ao adolescente iniciar suas experiências sexuais sem a maturidade necessária.

Quando observamos mais atentamente essa questão – a paternidade na adolescência, nos damos conta de que se trata de um problema de saúde pública e social, pois muitos dos adolescentes, por estarem passando por um momento de transformações tanto fisiológicas quanto psicológicas acabam por adotar posturas e comportamentos que, mais tarde, poderão vir a prejudicá-los. Grandes exemplos são a gravidez e paternidade indesejadas, sem falarmos na AIDS e outras DSTs.

Desde o momento em que iniciei a trabalhar na Unidade de Ginecologia e Obstetrícia como enfermeira supervisora de estágio, junto aos alunos da Faculdade de Enfermagem (FEN) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), deparei-me com uma realidade cada vez mais constante naquele ambiente: a maternidade e a paternidade de adolescentes. Diante desse quadro, observo a necessidade de trabalhar junto aos adolescentes com o intuito de orientá-los quanto à importância de vivenciar a adolescência de uma forma saudável e responsável.

Outro fator importante, que me estimulou e que contribuiu para o meu interesse em realizar o presente estudo, foi o fato de desempenhar minhas atividades profissionais em um local onde está sendo realizada a pesquisa: Redes Sociais de Apoio à Paternidade na Adolescência (RAPAD). Tal investigação me incentivou, ainda, à leitura da tese de doutorado da Dra. Sônia Maria Könzgen Meincke, que estudou a construção da paternidade na adolescência, ao longo das gerações. Nesse sentido, Meincke (2007) destaca a importância do apoio da família e da sociedade no processo da construção e vivência da paternidade do pai adolescente, quanto ao seu direito como cidadão, a fim de que possa assegurá-lo e reivindicá-lo.

Assim, a possibilidade de formação de uma rede de apoio ao adolescente visa gerar um espaço de construção de sujeitos responsáveis por sua escolha. Para uma pessoa, a rede social, de acordo com Sluzki (1997), corresponde ao seu nicho interpessoal, que contribui substancialmente para seu próprio reconhecimento como indivíduo e para sua autoimagem. Segundo as palavras do autor:

As redes sociais constituem uma das chaves centrais da experiência individual de identidade, bem-estar, competência e agenciamento ou autoria, incluindo os hábitos de cuidado da saúde e a capacidade de adaptação em uma crise (SLUZKI, 1997, p.42).

Considero que a família, a sociedade e a escola são instituições básicas para o desenvolvimento das redes de apoio. Através de ações educativas, elas ajudarão o adolescente a enfrentar as situações de risco por ele mesmo geradas, ou seja, a maternidade/paternidade precoce.

A educação sexual é uma das competências da família, já que esta é considerada a peça-chave na formação da identidade de gênero e no desempenho dos papéis sexuais dos filhos. Mesmo que não dialogue abertamente sobre sexualidade, a família é quem dá as primeiras noções sobre o que é adequado, ou não, por meio de gestos, expressões, recomendações e proibições (JARDIM e BRETAS, 2006).

Ainda, para os mesmos autores, independente da participação familiar no processo educativo, a sexualidade está abertamente debatida na sociedade e nos meios de comunicação, como a televisão, o rádio e a Internet, que têm influenciado diretamente o comportamento do adolescente, com um bombardeio de informações sobre a sexualidade. Somando-se às instituições que interferem na educação sexual do adolescente, destacamos a escola, por se constituir num espaço muito apropriado para o desenvolvimento de um programa de educação sexual. Porque, além de uma ação direta que exerce sobre os educandos, indiretamente pode contribuir para com a própria família, na perspectiva do desempenho de seu importante papel.

Reforçando a importância da escola como espaço de desenvolvimento educacional e cidadão, em meus estudos de Mestrado tive contato com docentes da Faculdade de Educação que colaboram no Programa de Pós-Graduação ao qual estou vinculada, e que desenvolvem uma investigação da sobre a Gestão Democrática em Escolas Públicas Municipais de Pelotas.

A propósito, é importante ressaltar que, no campo das políticas públicas de democratização da gestão escolar, o Município de Pelotas registra uma trajetória de destaque, que merece ser estudada. De acordo com Hypólito et al. (2008), no ano de 1983, no contexto das lutas pela redemocratização do país, foi instituída a eleição dos diretores das escolas pela comunidade escolar, na rede municipal de ensino. Essa prática, cuja origem remonta à reivindicação do movimento dos professores, vem sendo, ao longo de todos estes anos, mantida e valorizada, apesar de algumas modificações.

Nos anos 90, o governo federal criou o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o qual exigia a participação da comunidade escolar, por meio de um Conselho Escolar ou do Círculo de Pais e Mestres, para definir a aplicação desses recursos e realizar o seu controle. A partir desse fato, a Secretaria Municipal de Educação de Pelotas, com o apoio do Conselho Municipal de Educação (CME), optou por incentivar a criação de Conselhos Escolares, na perspectiva de possibilitar a participação de todos os segmentos da comunidade escolar (HYPOLITO et al., 20087).

Considerando o principal período focalizado pelo grupo de docentes pesquisadores mencionado, a gestão 2001-2004, observa-se que tais políticas foram intensificadas pela Secretaria Municipal de Educação de Pelotas. De acordo com o programa proposto pelo órgão, à época, “educar para a prática cidadã é a razão de ser de toda a educação democrática”. E, para tanto, a construção da cidadania envolve “a possibilidade de criar espaços educativos nos quais os sujeitos sociais sejam capazes de questionar, de pensar, de assumir valores e de submeter à crítica valores, normas e direitos morais pertencentes a indivíduos, a grupos e a comunidades, inclusive os seus próprios direitos” (HYPOLITO et al, 2008, p. 15).

A formação ética, um processo de desenvolvimento da capacidade reflexiva que permite a análise, o questionamento, a compreensão e o reconhecimento da moralidade como um produto social e histórico, também consta na proposta da citada Secretaria Municipal. Nesse sentido, é considerado, ainda, que a política educacional não se restringe à educação escolar, exigindo, entre outras questões, o acesso ao conhecimento e à participação cidadã, as práticas de inclusão social, a permanência na escola e o sucesso escolar (HYPOLITO et al, 2008).

A possibilidade de realizar um estudo que articule as áreas da Educação e da Saúde me parece altamente relevante, pois muitos dos pais adolescentes que conversaram comigo no hospital já tinham parado de estudar há muito tempo, ou o fizeram quando tiveram notícia da gravidez da companheira.

Esses diálogos com os pais adolescentes me instigaram a averiguar de que forma as escolas tentam ajudar os adolescentes que se tornam pais durante a idade escolar. As minhas inquietações com a paternidade precoce, que frequentemente vivencio no cotidiano de trabalho, o contato com o processo da coleta dos dados da pesquisa RAPAD, bem como a leitura da tese de Meincke (2007) e de trabalhos relativos à pesquisa acerca da gestão democrática nas escolas públicas municipais

me desafiaram na perspectiva de realização deste estudo, que visa investigar como o pai adolescente percebe a escola, no papel de rede de apoio à paternidade na adolescência.

Como apontam estudiosos da área, a instituição escolar, a partir da década de 80 do século XX, é cada vez mais identificada como um importante espaço na concretização de políticas educacionais. “A escola é reconhecida como uma organização social, inserida em um contexto local, com uma identidade e cultura próprias” (VASCONCELLOS, 2004, p. 16).

Penso que a escola, por ser uma instituição que trabalha no contexto de uma comunidade que reúne pais, professores, alunos, pessoal administrativo e outras pessoas que possuem vínculos com o sistema educacional, agrega muitas experiências e conhecimentos, podendo estabelecer relações e parcerias com outros profissionais e instituições para o êxito de seu papel na formação do cidadão.

Ainda, é possível afirmar, com base em Vasconcellos (2004, p 21), que o trabalho desenvolvido na e pela escola tem uma “dimensão pública”, uma função social, pois “diz respeito a direitos fundamentais de cidadania”. Assim, em se tratando de direitos sociais¹ (art. 6º da Constituição Federal), é preciso reconhecer que daí decorrem exigências para a família, a escola e a comunidade, no sentido de entendê-los e garanti-los.

O acesso ao ensino obrigatório gratuito é definido na Constituição Federal como um direito público subjetivo (art. 208, parágrafo primeiro). E o dever do Estado para com a educação no ensino fundamental é efetivado, entre outras exigências, pelo atendimento ao educando através de programas suplementares de material didático-escolar, alimentação e assistência à saúde (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 208, VII).

Considerando o exposto, entendo que a escola pública, como instituição que possui um projeto pedagógico norteado pelo princípio da gestão democrática (art. 206 da Constituição Federal), e que prevê a participação de todos os segmentos da comunidade escolar no planejamento e avaliação de suas atividades educativas, pode tornar-se uma grande rede social de apoio à paternidade na adolescência. Uma rede capaz de auxiliar o pai adolescente na busca de seus direitos como jovem

¹ A Constituição Federal de 1988 identifica como direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados (art. 6º).

e cidadão, na realização de seus anseios como homem e pai e, principalmente, no seu desenvolvimento pessoal como ser humano integrante da sociedade.

No Brasil, sobretudo nas últimas duas décadas, a gravidez e a maternidade entre adolescentes vêm preocupando especialistas, militantes e governantes, nas áreas dos direitos reprodutivos e humanos. Entretanto, apesar do surgimento de algumas iniciativas nesse sentido, pouca atenção tem sido dada ao pai, particularmente ao pai adolescente, quanto à importância da sua participação no processo de gravidez e no cuidado para com os filhos.

Minha intenção, com esta pesquisa, é conhecer de que forma se dão as relações entre a escola e os pais adolescentes. É tentar entender a percepção do adolescente em relação à escola: se ele a vê como uma rede de apoio à sua nova condição de cidadão e pai de família; e se ele consegue identificar quais são as dificuldades da escola em se tornar uma rede social de apoio à paternidade na adolescência.

Ao longo dos estudos desenvolvidos para a proposição deste projeto, tive muita dificuldade em encontrar bibliografia a respeito de paternidade na adolescência, bem como acerca do papel da escola como rede social de apoio ao pai adolescente. As literaturas encontradas comentam a respeito do trabalho de orientação sexual nas instituições escolares, mas não são explícitas em relação ao apoio aos adolescentes que se tornam pais ou mães durante o período escolar (VASCONCELOS, 2004; SAYÃO, 1992; SALLES, 1998). Tal carência e a possibilidade de contribuir para o debate em torno do tema reforçam meu investimento neste estudo.

Como foi mencionado, o ensino fundamental é um direito assegurado a todos os brasileiros, ou seja, ele é gratuito, obrigatório e deve ser promovido e incentivado pela sociedade, com o objetivo do pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Além disso, argumenta-se que o ensino precisa ser adequado às condições do adolescente trabalhador e ser objeto de programas suplementares, entre eles, de assistência à saúde.

No entanto, sabe-se que as instituições escolares enfrentam dificuldades para a inserção de novas práticas em educação sexual e, muitas vezes, deixam de oferecer um espaço para que ocorram debates sobre saúde reprodutiva e sexualidade de uma forma contínua, devido à carência de recursos materiais e de pessoal capacitado. Para que a abertura de espaços de debate sobre orientação

sexual ocorra é necessário tanto professores habilitados, como um projeto pedagógico que tematize essas questões e articule a participação da comunidade escolar. Assim, espero que, por meio dos resultados encontrados neste estudo, venham a surgir contribuições na perspectiva do desenvolvimento de possíveis apoios ao pai adolescente, como estudante e cidadão.

Acredito que o pai adolescente precise conhecer o potencial que a escola possui para ajudá-lo e apoiá-lo na busca de seus desejos e na realização de seus projetos de vida, neste especial momento da experiência da paternidade. Para a escola, no entanto, entendo ser altamente relevante conhecer as percepções do pai adolescente, na perspectiva de contribuir com uma prática educativa voltada aos interesses dessa população específica.

Diante do exposto, passo a explicitar a questão central ou o problema a ser respondido pela pesquisa: Quais são as percepções do pai adolescente acerca da escola como uma rede social de apoio à paternidade na adolescência?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Conhecer as percepções do pai adolescente acerca da escola como uma rede social de apoio à paternidade na adolescência.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar e reconhecer as ações desenvolvidas pela escola, que possibilitem ao pai adolescente identificá-la como rede social de apoio.
- Averiguar junto aos pais adolescentes o apoio de que eles necessitam, diante da experiência de ser pai.

1.3 PRESSUPOSTOS

A escola é o ambiente social no qual o indivíduo passa grande parte de sua vida, e é uma das principais instituições em que se desenvolvem contatos interpessoais. Por isso, pode contribuir para o desenvolvimento de uma educação

sexual que promova no adolescente conhecimento e compromisso para com a sua própria sexualidade (JARDIM e BRETAS, 2006).

Considerando a orientação sexual como fator essencial ao desenvolvimento seguro da sexualidade na adolescência, e tendo a escola como cenário propício, surge para este trabalho o primeiro pressuposto:

- A escola pode constituir-se em uma rede social de apoio à paternidade na adolescência.

Para Altmann (2007), a escola, como dispositivo social que atinge um grande contingente de jovens, torna-se local privilegiado para expansão da educação sexual, sendo evocada a participar das políticas sociais.

Tem-se, como segundo pressuposto:

- Sendo a sexualidade dos jovens, a maternidade e a paternidade na adolescência considerados problemas sociais que necessitam ser trabalhados com mais ênfase, a escola surge como espaço privilegiado para se constituir em uma rede de apoio a paternidade na adolescência.

Realizar este estudo, para mim, será um desafio, pois espero contribuir para o debate em torno do tema, na perspectiva de que não só os enfermeiros, mas também professores e familiares reflitam sobre os seus papéis como educadores dos adolescentes. Abordar sexualidade, amor e responsabilidade não precisa ser considerado uma obrigação, e sim uma forma de interação entre adultos e adolescentes, com a finalidade de tornar o processo de adolescer mais saudável. Todos, inclusive a escola, seus educadores e alunos, necessitam ter consciência de que evitar uma gravidez e/ou a paternidade indesejadas são também ações sociais, pois alguns autores demonstram em seus estudos que, quando os jovens precisam, por algum motivo, abandonar seus desejos e sonhos, tornam-se pessoas frustradas e sem ambição, e tendem a repetir histórias negativas que algum dia já foram vivenciadas em seu cotidiano (BUSS e PELEGRINI, 2006).

Tal fato pode ser percebido quando a condição econômica do pai adolescente não lhe permite “sustentar” a namorada/companheira e os filhos, como ele próprio desejaria ou como lhe é cobrado. Assim, mesmo nos casos em que o pai está preparado ou desejoso de assumir junto ao seu filho um papel de cuidador, vê-se desautorizado pelos modelos tradicionais de pai-provedor, sem avaliar que essa postura lhe será impossível no momento, já que, por sua pouca idade e despreparo

para mercado de trabalho, pode ter dificuldade até para manter nem a si mesmo, como afirma LEVISKY (1995).

Acredito que ajudar o adolescente, principalmente aquele que se tornou pai em um momento de tantas descobertas e mudanças, lhe propiciará apropriar-se do papel de pai com mais segurança e tranquilidade. Além disso, o apoio dado pela escola permitirá a este novo pai seguir seus estudos e lhe permitirá atingir seus objetivos futuros. É necessário que o jovem saiba que sua presença durante o desenvolvimento do filho é de extrema importância, ou seja, é fator determinante para a vida e bem-estar do filho. Se a criança for recebida por um pai que a assuma, que a acolha e que atenda às suas necessidades, a criança terá maior probabilidade de ter uma infância tranquila e, conseqüentemente, um desenvolvimento mais saudável.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo contextualiza a temática da paternidade na adolescência, focaliza a família e a escola como redes sociais de apoio à paternidade na adolescência e discute a sexualidade no ambiente escolar.

2.1 PATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA

Há muitas tentativas de se definir a adolescência, embora nem todas as sociedades possuam esse conceito. Cada cultura tem um conceito de adolescência, baseando-se em diferentes idades para definir esse período (BALLONE, 2003). No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente define essa fase como característica dos 13 aos 18 anos; para a Organização Mundial de Saúde (OMS), a adolescência é um período do desenvolvimento humano que se estende, aproximadamente, dos 10 aos 19 anos (BRASIL, 1990).

Há muito tempo tem-se falado no adolescer², uma vez que parece ser uma das fases conturbadas na vida do ser humano. Nesse período do ciclo vital, são evidenciadas, geralmente, muitas transformações ocorrendo ao mesmo tempo, e muitos dos adolescentes sentem-se perdidos, tornando-se rebeldes, inquietos e algumas vezes agressivos ou distantes. A agressividade poderia representar uma forma de os mesmos se rebelarem contra tudo o que acham errado, de comunicarem suas necessidades e de buscarem contato com outras pessoas. Por conseguinte, acredito que é através dessas manifestações que os adolescentes tentam externar as transformações pelas quais estão passando.

A adolescência possui características específicas, as quais podem estar relacionadas com o nível socioeconômico em que o adolescente está inserido, e essa situação pode acabar promovendo diferentes formas de ser adolescente e de

² Adolescer: na etimologia, a palavra vem do latim, significando crescer, engrossar, tornar-se maior, atingir maioridade (TIBA, 1986, p.37).

vivenciar essa etapa do ciclo da vida. O contexto social, geralmente, tem grande influência no modo de ser, assim como na conduta, nas aspirações e nas responsabilidades do adolescente. Constata-se, através de dados de pesquisas e de teorias, que idéias veiculadas pelos meios de comunicação algumas vezes podem ter forte influência no estilo de vida que generaliza o adolescente e, ao mesmo tempo, contribui para criar a ótica pela qual a sociedade o vê (SALES, 1998).

A mídia dita a moda, convence o indivíduo a adotar certas posturas e, por vezes, o induz a tomar decisões que mais tarde poderão vir a prejudicá-lo. Cito como exemplo o sexo e a sexualidade³, pois entendo que a televisão, por exemplo, expõe, às vezes de forma equivocada sua opinião sobre qual a melhor idade para a relação sexual, o lugar ideal e o parceiro apropriado. Enfim, apresenta todo um conjunto de informações e posicionamentos, provavelmente ainda não abordados ou tratados como um “segredo” no contexto familiar, que os pais seguidamente tentam evitar ou não dialogar a respeito com os filhos, até o momento que eles próprios considerem oportuno.

Conforme Feijó e Oliveira (2001), as crianças e adolescentes recebem diariamente informações através da mídia, as quais, muitas vezes, são inadequadas às suas necessidades ou desproporcionais à sua fase de desenvolvimento, gerando uma simplificação e até mesmo a banalização de conceitos éticos, morais e sexuais. Diferentemente dos adultos, as crianças e os adolescentes são mais suscetíveis à influência de modelos apresentados pela mídia, na razão direta de sua faixa etária e desenvolvimento.

Ainda, Dubeux (1998) afirma que a velocidade e a intensidade com que os meios de comunicação atingem as culturas têm sido muito intensas, chegando a suplantar a possibilidade de assimilação e a distorcer culturas tradicionalmente estáveis. Com tudo isso, o ambiente sociocultural tem se mostrado mais susceptível aos temas da sexualidade. Para Aerts et al. (2004), é através da sexualidade que vai se estruturando a identidade adulta, e é na adolescência que se busca sua afirmação. A condição da sexualidade humana é inevitável, inexorável, irremovível, em nenhum momento da sua existência a pessoa encontra-se isenta dela.

³ A sexualidade é uma característica geral experimentada por todo o ser humano e não necessita de relação exacerbada com o sexo, uma vez que se define pela busca de prazeres, sendo estes não apenas os explicitamente sexuais. Pode-se entender, como constituinte de sexualidade, a necessidade de admiração e gosto pelo próprio corpo, por exemplo, o que não necessariamente significa uma relação narcísica de amor incondicional ao ego (COSTA, 2002).

A adolescência não é marcada apenas por dificuldades, crises, mal-estares, angústias. Ao abandonar a atitude infantil e ingressar no mundo adulto, há uma série de acréscimos e, dentre estes, destaco o rendimento psíquico. O intelecto, por exemplo, apresenta maior eficácia, rapidez e elaborações mais complexas; a atenção pode se apresentar com aumento da concentração e melhor seleção de informações; a memória adquire maior capacidade de retenção e evocação; a linguagem torna-se mais completa e complexa, com aumento do vocabulário e da habilidade de expressão (BALLONE, 2003).

Segundo Calligaris (2000), os adolescentes amam, estudam, brigam, trabalham, batalham com seus corpos – que se esticam e se transformam – e lidam com as dificuldades de crescer no cenário das famílias contemporâneas. Muitas vezes são ótimos intérpretes dos desejos dos adultos, mas o próprio sucesso de suas interpretações pode produzir o desencontro entre adultos e adolescentes.

O adolescente é um ser humano em crescimento, em evolução para atingir a maturidade biopsicossocial. Nesta fase de modificações, ele tem necessidade de pôr em prática a sua criatividade. De acordo com Tiba (1986), o adolescente, para ser criativo, precisa ser espontâneo, necessita tomar conhecimento de si mesmo, dos seus potenciais, dos seus próprios sentimentos e das suas dificuldades. É nesta etapa do desenvolvimento que, comumente, há mais necessidade de se relacionar com outras pessoas e, quem sabe, promover encontros. Isso é possível quando, além de objetivar-se, ele objetiva o outro.

Vivenciando essas modificações, o adolescente, frequentemente, começa a questionar poderes, normas da casa, tenta escolher seu próprio caminho, estabelece vínculos com pessoas que são do seu interesse, e não mais aceita tacitamente. Porém, isso não significa que os filhos adolescentes não devam obediência e respeito em relação aos pais, e que estes, por sua vez, não tenham o dever de sustentá-los e dar-lhes assistência moral, emocional e educacional. Os adolescentes precisam manifestar suas opiniões, precisam fazer valer seu conhecimento, ao mesmo tempo em que precisam de apoio e compreensão.

Nessa perspectiva, Outeiral (1994) afirma que o adolescente possui a necessidade da afirmação da independência. No entanto, isso não significa fazer uma ruptura com a família, mas transformar seus vínculos infantis em outros mais maduros, independentes e adultos. Esse processo, às vezes é muito doloroso, tanto

para os pais quanto para os adolescentes, mas é necessário ao seu desenvolvimento.

No Brasil a adolescência possui diferentes configurações, pois depende da classe social em que o adolescente está inserido. Nas classes mais privilegiadas, é entendida como um período de experimentação sem grandes conseqüências emocionais, econômicas e sociais; o adolescente não assume responsabilidades, pois dedica-se apenas aos estudos, sendo essa a sua vida de acesso ao mundo adulto. Enquanto nas classes mais baixas, que representam aproximadamente 70 milhões de adolescentes com menos de 18 anos, os riscos do experimentar, tentar, viver novas experiências são maiores e não há a possibilidade de se dedicar somente aos estudos, tornando a adolescência simplesmente, um período que antecederá a constituição da própria família (KAHHALE, et al., 1997).

O estudo do papel do pai e de sua importância no desenvolvimento infantil é relativamente recente. Até poucas décadas, o modelo predominante de pai privilegiava o papel de provedor financeiro, ficando ele distante do espaço familiar e dos cuidados dos filhos. Permanecia, no entanto, simbolicamente importante para os filhos, como representante da autoridade e da lei (GIFFIN, 1998).

Os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres estão mudando rapidamente, criando novas expectativas, crenças e atitudes sobre o que pais e mães devem fazer no contexto familiar (SILVA e PICCININI, 2007).

A definição atual de paternidade abrange um grande número de atividades tipicamente vistas, até então, como componentes da maternidade. Essas transformações têm raízes em importantes questões sociais que alteraram o contexto no qual as crianças se desenvolvem, entre elas: o movimento feminista e suas exigências de novas definições dos papéis sexuais; o ingresso das mulheres no mercado de trabalho; a flexibilização do papel do homem na instituição familiar; e o aumento do índice de divórcios e de pais ou mães que não vivem com seus filhos (apud SILVA e PICCININI, 2007).

Os pais podem ter uma ampla participação na vida dos seus filhos, não restringindo seu envolvimento apenas ao sustento financeiro, a passeios e/ou brincadeiras. Contudo, entendo que, para que as mudanças se deem de forma harmônica e satisfatória para todos os envolvidos (pai/mãe adolescentes, crianças e familiares), outros cenários poderão ser agregados para fornecer suporte, como, por exemplo, a instituição escolar.

Medrado e Lyra (1999) garantem que pesquisas sobre sexualidade e reprodução na adolescência têm privilegiado, especialmente, populações femininas. O tema mais recorrente seria a gravidez na adolescência, na perspectiva da adolescente e seu filho, deixando ausente a abordagem masculina. Rodrigues e Trindade (1999), Meincke (2007), Levandowski e Piccinini (2002) corroboram entre si, ao afirmarem que a discussão sobre a paternidade na adolescência é muito recente e, portanto, as bibliografias a respeito são escassas.

Alguns pesquisadores, como Robinson e Barret (1982), comentam que existem problemas que podem comprometer os conhecimentos sobre a paternidade na adolescência. São eles: pesquisas sobre parentalidade (paternidade/maternidade) adolescente as quais omitem os pais da amostra; quando o pai adolescente é inserido em amostra de outras pesquisas, as conclusões são inferidas tomando-os como, por exemplo, pais solteiros; as informações sobre o pai são obtidas de forma indireta, via relato das mães, produzindo dessa maneira amostras não representativas, o que gera resultados imprecisos para uma análise de mudanças psicológicas e culturais.

Segundo Schelemborg et al. (2007, p.63), alguns fatores de risco podem estimular a paternidade na adolescência : “ser filho de mãe adolescente, ser filho de pais separados, iniciação sexual precoce, abandono escolar e história de problemas comportamentais”.

Esses autores ainda argumentam que, na maioria das vezes, pais adolescentes têm o mesmo perfil das mães adolescentes, como, por exemplo, baixo rendimento escolar, altas taxas de abandono do estudo, baixas condições econômicas e de perspectivas de realização profissional. Além disso, eles têm maior chance de usarem drogas lícitas e ilícitas, de serem promíscuos e adquirirem DSTs, de se exporem a situações de risco, de serem agressivos e indisciplinados, e de desenvolverem depressão.

A recusa do homem em aceitar a paternidade geralmente causa inquietações ao longo de sua vida. E, quando essa atitude ocorre na juventude, pode gerar conflitos que irão interferir no seu relacionamento com os filhos e a família. Em algumas situações, a inabilidade de conciliar a adolescência com a nova responsabilidade pode produzir uma paternidade sem sucesso. Se o novo pai não conseguir dar apoio financeiro e nem afetivo ao filho, há probabilidade da criança ter alguns problemas de saúde (MALDONADO, 1989).

Costa et al. (2005), em seus estudos, mostraram que o adolescente que se torna pai teria dificuldade de proporcionar uma interação parental de qualidade, por vários motivos. Primeiramente, pelo seu nível de desenvolvimento cognitivo, pois ele está adquirindo o pensamento lógico e abstrato. Essa imaturidade cognitiva, aliada às tarefas da adolescência, criaria um egocentrismo que impediria de avaliar as necessidades do bebê como mais urgentes do que as do próprio jovem. Outro aspecto é o desconhecimento sobre os estágios de desenvolvimento do bebê, que poderia afetar a interação do adolescente com o filho e suas atitudes relativas à criação desse filho.

No entanto, Levandowski e Piccinini (2002, p. 423) assinalam a constatação de que a paternidade na adolescência não necessariamente implica em consequências desastrosas para os jovens, pois “os jovens enfrentam dificuldades na tarefa de ser pai, mas estas dificuldades não são necessariamente intransponíveis, especialmente quando eles recebem apoio de sua família e da família da namorada/companheira”.

Reforçando essa linha de pensamento, Elster (1986) pontua que há casais adolescentes que têm mostrado um bom desempenho na escola, vida familiar e cuidado para com a criança. A gravidez e paternidade podem propiciar a alguns pais adolescentes substanciais benefícios emocionais (ELSTER, 1986).

Medrado e Lyra (1999) ressaltam que, no caso da paternidade/maternidade na adolescência, a problematização nos campos da pesquisa, da intervenção e dos serviços pode seguir caminhos diversos, em função do quadro de valores que orienta a tomada de decisões. Ou seja, considerá-las sempre indesejáveis e patogenicizá-las, prevendo processos de intervenção repressivos, ou, por outro lado, considerá-las como uma experiência que pode ser positiva para certos adolescentes, sendo necessário informá-los e apoiá-los.

O apoio familiar é destacado por Meincke (2007) no estudo realizado com pais adolescentes e suas famílias. Enfatiza a autora que as famílias readequaram a organização familiar e proporcionaram apoio para que o adolescente continuasse a escolaridade, bem como desempenhasse a paternidade na adolescência.

Porém a evasão escolar é um evento que se encontra fortemente correlacionado à paternidade/maternidade na adolescência, uma vez que é evidenciada a necessidade da participação do adolescente no cuidado e sustento do filho. No estudo que realizaram com pais e mães adolescentes, Dias e Aquino

(2006) destacam pontos relativos à questão educacional, como a estrutura do sistema educacional, o desinteresse pelo estudo e a inserção no trabalho, os quais contribuem para um percurso fragmentado da vida escolar, tanto para mulheres como para homens. Para alguns jovens, trabalhar e estudar são tarefas de difícil conciliação, pois a busca por rendimentos próprios é muitas vezes motivada, em função dos anseios, por um projeto de autonomia e expectativas de consumo que se viabilizam por intermédio do trabalho. Dessa maneira, se estabelece o vínculo com o espaço público, forma-se a identidade e adquire-se reconhecimento.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata essa Lei. Lhes é assegurado o direito a todas as oportunidades e facilidades, a fim de facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Art. 4º).

Outro aspecto importante disposto no ECA refere-se ao dever do Estado de assegurar à criança e ao adolescente o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; e também o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; além da oferta de ensino noturno regular adequado às condições do adolescente trabalhador (Art. 54).

A construção de um lugar social para a paternidade adolescente implica em abrir canais para que as vozes, os desejos, as necessidades e os anseios dos adolescentes encontrem possibilidades de se expressar e serem ouvidos. Ou seja, implica considerar que os adolescentes são atores sociais e, como tal, podem e devem participar da construção de seu destino humano e da sociedade (LYRA e MEDRADO, 1999).

2.2 FAMÍLIA E ESCOLA: COMPONENTES DA REDE SOCIAL DE APOIO À PATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA

De acordo com Sluzki (1997), o constructo ou pressuposto conceitual de “rede social pessoal” ou “rede social significativa” vincula a ótica sistêmica utilizada pela terapia familiar às vicissitudes do meio microssocial, Isso implica em que as fronteiras do sistema significativo do indivíduo não se limitam à família nuclear ou extensa, mas incluem todo o conjunto de vínculos interpessoais do sujeito: família, amigos, relações de trabalho, de estudo, de inserção comunitária e de práticas sociais.

Os contextos culturais e subculturais em que o indivíduo está imerso, os contextos históricos, políticos, econômicos, religiosos, de meio ambiente, de existência ou carência de serviços públicos, de idiosincrasias de uma região, país ou hemisfério sustentam e fazem parte do universo desse indivíduo. Por sua vez, a rede social pessoal pode ser definida como a soma de todas as relações que o indivíduo percebe como significativas (SLUZKI, 1997).

As redes sociais possuem características estruturais de tamanho, densidade, distribuição, dispersão, homogeneidade/heterogeneidade e tipos de funções (companhia social, apoio emocional, guia cognitivo e conselhos, regulação social, ajuda material e de serviços, acesso a novos contatos). Tais redes são um sistema auto-organizante, fundamentalmente descentralizado, pois operam sem hierarquia centralizada, sem organizadores e sem um líder condutor (SLUZKI, 1997).

Segundo Dessen e Polônia (2007), a escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que contribuem e influenciam na formação do cidadão. Além disso, são responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento culturalmente organizado, modificando as formas de funcionamento psicológico, de acordo com as expectativas de cada ambiente. Por essa razão, ambas emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras de seu crescimento físico, intelectual, emocional e social.

Ainda de acordo com as autoras mencionadas, a família atua como agente socializador, enfatizando aspectos relacionados às configurações familiares, à rede social de apoio, aos vínculos familiares e suas implicações para o desenvolvimento humano. Por outro lado, a escola é destacada como um contexto de

desenvolvimento, priorizando uma reflexão sobre sua função social, as suas tarefas e papéis na sociedade contemporânea, especificamente no que diz respeito ao cenário político-pedagógico.

A família, hoje, não é mais vista como um sistema privado de relações. Ao contrário, as atividades individuais e coletivas estão intimamente ligadas e se influenciam mutuamente. Ela é responsável pela transmissão de valores culturais e por compartilhar regras, sonhos, perspectivas e padrões de relacionamentos (KREPPNER, 1992).

Os laços afetivos formados dentro da família podem ser aspectos desencadeadores de um desenvolvimento saudável e de padrões de interação positivos, que possibilitam o ajustamento do indivíduo aos diferentes ambientes de que participa. Esses laços asseguram o apoio psicológico e social entre os membros da família, ajudando no enfrentamento do estresse provocado pelas dificuldades do cotidiano. Por outro lado, os padrões de relações familiares relacionam-se intrinsecamente a uma rede de apoio que possa ser ativada, em momentos críticos, fomentando o sentimento de pertença, a busca de soluções e atividades compartilhadas. As figuras parentais exercem grande influência na construção dos vínculos afetivos, da autoestima, autoconceito e, também, constroem modelos de relações que são transferidos para outros contextos e momentos de interação social (DESSEN e POLÔNIA, 2007).

De acordo com Cano e Ferriani (2000), educar e transmitir valores nos dias atuais tem sido um desafio para as famílias, e quando, por algum motivo, os adolescentes não se enquadram nos padrões sociais estabelecidos, elas são, geralmente, consideradas culpadas e incompetentes em sua função educativa. Não apenas a sociedade, mas, muitas vezes, os próprios profissionais de saúde tentam localizar, na estrutura familiar, as dificuldades que o adolescente apresenta.

A sociedade está convivendo com a realidade de uma iniciação sexual cada vez mais precoce entre os adolescentes, ocasionada, na maioria das vezes, pela crescente transformação de valores e padrões culturais. Para Rappaport (1995), a falta de comunicação, cobrança dos grupos, mensagens transmitidas e incentivadas pelos meios de comunicação de massa, a falta de diálogo com os pais e a solidão frequentemente propiciam o início de uma vida sexual precoce. Para a autora, quando um jovem está desestruturado e cede a essas pressões, as relações sexuais costumam trazer muito mais angústias do que prazer.

Nesse contexto, a escola emerge como uma instituição fundamental para o indivíduo e sua constituição, assim como para a evolução da sociedade e da humanidade. Uma das tarefas que acredito ser importante é preparar os alunos, os professores e pais para viverem e superarem as dificuldades em um mundo de mudanças rápidas e de conflitos interpessoais, contribuindo para o processo de desenvolvimento do indivíduo.

Marques (2008) destaca que a função da escola no século XXI tem o objetivo de estimular o potencial do aluno, levando em consideração as diferenças socioculturais, em prol da aquisição do conhecimento e de seu desenvolvimento global. A partir disso, ele aponta três objetivos que são comuns e devem ser buscados pelas escolas modernas: (a) estimular e fomentar o desenvolvimento nos níveis físico, afetivo, moral, cognitivo, de personalidade; (b) desenvolver a consciência cidadã e a capacidade de intervenção no âmbito social; (c) promover uma aprendizagem de maneira contínua, propiciando ao aluno formas diversificadas de aprender e condições de inserção no mercado de trabalho.

A construção de um ambiente ético que ultrapasse os tempos, os espaços e as relações escolares vem se impondo como uma ferramenta importante para que a educação seja ressignificada na contemporaneidade. Ganha força, hoje em dia, o pressuposto de que a educação não pode mais ficar limitada aos muros escolares, mas deve se estender ao bairro e à comunidade aos quais atende, incluindo as relações com as famílias dos estudantes e as demais pessoas que convivem no entorno (ARAÚJO et al., 2007).

Os mesmos autores reforçam que a escola deve estar em contato direto com o seu entorno e com aqueles que ali vivem, de forma que a comunidade participe, dentro de suas condições e responsabilidades, dos processos educativos. Ao incorporar, em tais ações, as pessoas que convivem nesse contexto, como familiares, profissionais, comerciantes e trabalhadores locais, é possível dar um grande passo na direção de construir o ambiente ético a que a escola se propõe, transformando esse espaço em uma rede social de apoio.

Redes sociais são redes de relações entre indivíduos, em decorrência de conexões pré-existentes, relações semiformalizadas que dão origem a quase grupos. Elas são formadas por todas as relações que as pessoas estabelecem durante a vida cotidiana, podendo ser compostas por familiares, vizinhos, amigos,

colegas de trabalho, organizações, etc. As redes de relacionamento começam na infância e contribuem para a formação das identidades (CASTELS, 1999).

Acredito que as redes sociais de apoio são, portanto, constituídas pela diversidade de interações entre as pessoas, ou seja, permitem a construção de repertórios para lidar com as diversidades e problemas surgidos, possibilitando sua superação com sucesso.

Nessa perspectiva, as contribuições teóricas de Sluzki (1997) têm se mostrado produtivas para o meu estudo, pois, assim como ele, também acredito que as redes sociais auxiliam o ser humano nos processos de integração psicossocial, na promoção do bem-estar, no desenvolvimento da identidade e na consolidação dos potenciais de mudanças.

2.3 ORIENTAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS

A escola vem assumindo um papel amplo no processo educacional dos jovens da sociedade contemporânea. De acordo com Cruz e Oliveira (2002), a educação assume um sentido mais amplo, elucidando o comprometimento não somente com a instrução, mas também com a cidadania e a formação plena do adolescente, uma pessoa que tem corpo, desejos e necessidades. Nessa perspectiva, a escola, como centro da educação formal, poderá contribuir na valorização da sexualidade de maneira a desmistificar tabus e preconceitos que envolvem as relações na sociedade.

Manzini (1993) pontua que a escola é o local privilegiado para trabalhos preventivos, enfocando a gravidez e a sexualidade, entre outros. No entanto, ela somente estará educando na totalidade se levar em consideração a realidade do indivíduo, desenvolvendo suas percepções e sensações, orientando para a compreensão da realidade e levando a refletir sobre ela. Abordar sexualidade é uma tarefa complexa para a escola, uma vez que a mesma não pode focar uma única concepção, mas também deveria considerar as dimensões biopsicossocial e espiritual.

O enfoque do tema “sexualidade”, na escola, pode implicar num processo de mudança e transformação, partindo do coletivo para o individual, pois as necessidades sexuais são singulares e únicas de cada pessoa. Discutir a sexualidade, na educação, é permitir o desenvolvimento da sensibilidade nos

relacionamentos pessoais, levando em conta todos os aspectos do ser humano. Corroborando, Zagury (1996, p.54) afirma que “orientar sexualmente os adolescentes aponta o verdadeiro desafio”.

Acredito ser papel da escola prestar informações sobre educação sexual aos alunos adolescentes, esclarecendo que as decisões tomadas, principalmente nessa etapa da vida, não são feitas apenas de desejos sexuais. Por conseguinte, a orientação sexual necessita ser abordada para que haja conscientização em relação à prática sexual. Logo, para orientar os adolescentes é relevante propiciar o conhecimento e o diálogo, na perspectiva de promover a devida articulação da teoria com a vida cotidiana.

No entanto, Tiba (1994, p. 18) observa dificuldades a serem superadas para que um debate aberto ocorra. Esse autor afirma: “falar de sexo na escola é motivo de tensão tanto para alunos quanto para professores. Estes pela falta de conhecimento e jeito de tratar o assunto e, os alunos em função da vergonha e de gozação”.

Acredito que a escola seja um ambiente no qual são evidenciados, geralmente, todos os comportamentos característicos de cada fase da pessoa, com seus conflitos, tensões, desejos e histórias. A intervenção pedagógica pode possibilitar o esclarecimento dos temas mais pertinentes e, em consequência, a troca de informações necessárias para a formação psicossocial.

Cruz e Oliveira (2002) concordam que a escola não substitui e nem concorre com a família, apenas contribui com a discussão sobre a sexualidade, incluindo vários pontos de vista, sem a imposição de determinados valores sobre outros, preenchendo lacunas de informação. Por conseguinte, os autores argumentam que a escola precisa promover debates entre jovens, fornecendo informações claras e objetivas, contribuindo para um posicionamento próprio em relação ao exercício da sexualidade.

Penso que o domínio do conhecimento científico sobre a sexualidade é importante para fornecer aos adolescentes informações sobre a efervescência hormonal que ocorre na puberdade, a fim de proporcionar conscientização e aceitação das modificações que enfrenta o corpo do jovem. Além disso, é necessário enfatizar a prevenção de DSTs, para que os adolescentes possam adotar comportamentos preventivos e conscientes, no que tange aos mitos e

preconceitos que envolvem a sexualidade. Assim, faz-se necessário caracterizar a orientação sexual, para melhor perceber sua importância no contexto escolar.

Nessa perspectiva, Cruz e Oliveira (2002) afirmam que a orientação sexual é um processo de intervenção sistemática que promove a reflexão sobre os vários aspectos que envolvem a sexualidade, além de valores, posturas, preconceitos, vivências e informação. Ressaltam os autores que a orientação sexual tem como objetivo promover o bem-estar sexual das pessoas, favorecendo uma vivência da sexualidade de forma prazerosa e responsável.

Em síntese, a sexualidade é primeiramente abordada no espaço privado, pelas relações familiares, de forma explícita ou implícita, através da transmissão dos valores que cada família adota como seus e que espera que as crianças assumam. De forma diferente, a escola aborda diversos pontos de vista sobre o assunto, valores e crenças existentes na sociedade, para auxiliar o aluno a encontrar um ponto de autorreferência, por meio da reflexão. Nesse sentido, a orientação sexual realizada pela escola não substitui nem concorre com a função da família, mas sim a complementa. A orientação sexual constitui-se num processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, o qual exige planejamento e intervenção por parte dos profissionais da educação (CRUZ e OLIVEIRA, 2002).

O trabalho de orientação sexual na escola baseia-se na problematização, no levantamento de questões e ampliação do leque de conhecimentos e de opções do aluno, para que ele próprio escolha seu caminho. As diferentes temáticas da sexualidade podem ser trabalhadas dentro do limite da ação pedagógica, de modo a não serem invasivas com relação à intimidade e ao comportamento de cada aluno (CRUZ e OLIVEIRA, 2002).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais fazem referência à renovação e reelaboração da proposta curricular, reforçam a importância de que cada escola formule seu projeto educacional, compartilhado por toda a equipe, para que a melhoria da qualidade da educação resulte da corresponsabilidade entre todos os educadores. A forma mais eficaz de elaboração e desenvolvimento de projetos educacionais envolve o debate em grupo e no local de trabalho. Atualmente, estudos na área da educação evidenciam a relevância de projetos pedagógicos participativos, que estimulam a participação de toda a comunidade escolar – pais, estudantes, docentes e pessoal administrativo, na elaboração e avaliação do Projeto Político Pedagógico (VASCONCELLOS, 2004).

Os PCNs, ao reconhecerem a complexidade da prática educativa, buscam auxiliar o professor na sua tarefa de assumir, como profissional, o lugar que lhe cabe, por sua responsabilidade e importância, no processo de formação do povo brasileiro. Dada a abrangência dos assuntos abordados e a forma como estão organizados, os parâmetros podem ser utilizados com objetivos diferentes, de acordo com a necessidade de cada realidade e de cada momento. Neles encontram-se subsídios para a reflexão e discussão de aspectos do cotidiano da prática pedagógica, a serem transformados continuamente pelo professor (BRASIL, 1997).

O trabalho de orientação sexual proposto pelos PCNs compreende a ação da escola como complementar à educação dada pela família. Assim, a escola deverá informar os familiares dos alunos sobre a inclusão de conteúdos de orientação sexual na proposta curricular, e explicitar os princípios norteadores da proposta. O diálogo entre escola e família deverá se dar de todas as formas pertinentes a essa relação.

Os PCNs propõem que a orientação sexual oferecida pela escola aborde as repercussões de todas as mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pela sociedade, com as crianças e os adolescentes, a fim de preencher lacunas nas informações que eles possam possuir e, principalmente, criar a possibilidade de formar opinião a respeito do que lhe é ou foi apresentado. A escola, ao propiciar informações atualizadas do ponto de vista científico e explicitar os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade, possibilita ao aluno desenvolver atitudes coerentes com os valores que ele próprio elegeu como seus (BRASIL, 1997).

Com base nestes dados é possível perceber o quão importante é o papel da escola no desenvolvimento do adolescente não só em relação a sua sexualidade, mas também em relação a todas as experiências que vivencia. Sem dúvida pode tornar-se um dos componentes da rede social de apoio ao adolescente juntamente com a família e com todos os vínculos que este desenvolve ao longo de sua vida.

À medida que a instituição escolar atua como instrutora do saber e formação do cidadão, ela torna possível que os adolescentes busquem meios de atingir seus objetivos, evitando, dessa forma, frustrações, evasão escolar e a exclusão social

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Para este estudo, a escolha será a pesquisa social com abordagem qualitativa. Segundo Minayo (2004), enquanto a pesquisa social é definida como uma indagação da realidade, que vincula pensamento e ação, partindo de uma problemática da vida prática, cotidiana, cujas questões a serem investigadas estão relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas; a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crença, valores e atitudes que correspondem a um espaço mais profundo das relações.

Além disso, esse tipo de pesquisa é descrita pela mesma autora como um trabalho artesanal que necessita de criatividade, mas que se fundamenta em conceitos, proposições, métodos e técnicas, construídos num ritmo próprio e particular. Esse ritmo denomina-se “ciclo de pesquisa”, sendo um processo que se inicia com um problema e termina como um produto afirmativo, mas provisório, que provoca novas interrogações posteriores (MINAYO, 2004).

A pesquisa social estabelece que a análise qualitativa é importante, porque trabalha com vários instrumentos que incluem relatos ou situações vivenciadas pelo objeto de estudo (MINAYO, 2004), neste caso o pai adolescente.

Polit e Hungler (1995) descrevem a pesquisa qualitativa como “holística”, por preocupar-se com os indivíduos e seu ambiente, em todas as suas especificidades. E como “naturalista”, por não impor ao pesquisador limites ou controle, pois parte-se da premissa de que, para conhecer os indivíduos, é preciso descrever a experiência humana, da forma como é vivida e definida por seus atores, os sujeitos da pesquisa.

Com base nessas características, a pesquisa social com abordagem qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, ou seja, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, já

que é orientada para a análise de casos concretos. A interpretação dos fenômenos e a atribuição dos significados são ações básicas para as quais não se impõem expectativas. O ambiente natural é fonte direta para a coleta dos dados, e o pesquisador é o instrumento-chave. Ele procura entender o fenômeno tal como ocorre e, para isso, necessita de uma base de informações sobre o que deseja pesquisar. Ele requer abertura, flexibilidade, capacidade de observação e de interação com o sujeito da pesquisa. O processo e o significado são os focos principais de sua abordagem, e a comunicação estabelecida entre pesquisador e pesquisado explicita a produção de conhecimento; além disso a subjetividade que emerge dessa relação é parte do processo de pesquisa (POLIT, HUNGLER, 1995; MINAYO, 2004; FLICK, 2004).

3.2 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa será realizada no domicílio de pais adolescentes. Os pais adolescentes serão contatados, inicialmente, numa escola pública de ensino fundamental e médio de um município situado na Região Sul, e os pais não estudantes serão aqueles que fazem parte da pesquisa RAPAD⁴, que está sendo desenvolvida na unidade de ginecologia e obstetrícia do hospital onde sou supervisora de estágio.

A escola escolhida para a realização da pesquisa é uma das maiores escolas públicas da região sul do estado, com um quadro de alunos e professores muito diversificado e que possui uma trajetória importante na democratização do ensino, com participação efetiva da comunidade nas discussões a respeito do ensino.

3.3 SUJEITOS DA PESQUISA

A população do estudo será constituída de pais adolescentes estudantes e não estudantes, a qual permitirá ao pesquisador obter as informações necessárias a respeito da escola sob a ótica dos pais adolescentes.

⁴ Pesquisa coordenada pela Prof^a. Dr^a. Sonia Maria Könzgen Meincke que esta acontecendo em três hospitais universitários vinculados as universidades públicas de três estados brasileiros: Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas (Pelotas/RS), Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis/SC), Hospital Universitário da Universidade Federal de Paraíba (João Pessoa/Pb).

Os pais adolescentes estudantes serão todos aqueles identificados através de um levantamento a ser realizado na citada escola.

Para tanto, após o aceite dos pais estudantes, serão efetivados convites aos pais adolescentes não estudantes, sendo estes os que fazem parte da pesquisa RAPAD.

Diferenciar a constituição da população de pais adolescentes irá contribuir para o entendimento da questão norteadora e dos objetivos do estudo.

A população do estudo será constituída de no mínimo 4 pais adolescentes.

A fim de manter o anonimato, os pais adolescentes serão identificados por nomes próprios fictícios escolhidos por eles.

3.4 CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO DOS SUJEITOS

- Ser adolescente, com idade entre 10 e 19 anos.
- Ser pai adolescente;
- Estar estudando ou ter evadido da escola antes do nascimento do filho.
- O filho ter nascido no ano de 2008 ou início de 2009.
- Aceitar participar da pesquisa;
- Estar de acordo com a divulgação e apresentação dos resultados obtidos, em publicações e eventos científicos;
- Permitir o uso de gravador.

3.5 ASPECTOS ÉTICOS

Este estudo obedecerá aos princípios éticos em pesquisa de acordo com o Capítulo III do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (2007), no que se refere à responsabilidade e deveres⁵ (artigos 89, 90 e 91), proibições⁶ (artigos 94 e

⁵ Capítulo III (Das Responsabilidades e Deveres): Art. 89- Atender às normas vigentes para a pesquisa envolvendo seres humanos, segundo a especificidade da investigação; Art. 90- Interromper a pesquisa na presença de qualquer perigo à vida e à integridade da pessoa; Art. 91- Respeitar os princípios da honestidade e fidedignidade, bem como os direitos autorais no processo de pesquisa, especialmente na divulgação dos seus resultados.

⁶ Capítulo III (Das Proibições): Art. 94- Realizar ou participar de atividade de ensino e pesquisa, em que o direito inalienável da pessoa, família ou coletividade seja desrespeitado ou ofereça qualquer tipo de risco ou dano aos envolvidos; Art. 98- Publicar trabalho com elementos que identifiquem o sujeito participante do estudo sem sua autorização.

98); e de acordo com a Resolução nº 196/96⁷ do Conselho Nacional do Ministério da Saúde, no que se refere à pesquisa com seres humanos.

Os sujeitos (adolescentes menores de 18 anos, estudantes) pertencem ao grupo vulnerável⁸, de acordo com a Resolução nº 196/96 e a LEI nº 10.406, de 10/01/2002, razão pela qual será solicitada a autorização do responsável para a participação dos mesmos no estudo.

Para tanto, para todo pai adolescente menor de 18 anos, far-se-á contato com seus responsáveis, para que os mesmos aprovelem a participação do menor na pesquisa e assinem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, uma vez que a LEI nº 10.406, em seu capítulo Da Personalidade e da Capacidade – determina os capazes, parcialmente capazes e incapazes. autorização do responsável pelo pai adolescente, bem como a sua assinatura.

Também serão preservados e respeitados os princípios relativos à livre escolha de participação no estudo, os quais serão baseados em Contandriopoulos et al. (1999): não será exercida nenhuma pressão, constrangimento ou influência indevida sobre os informantes; será concedido um tempo razoável de reflexão aos informantes; será comunicado aos informantes que eles serão livres para se retirar, quando desejarem.

3.6 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS

Primeiramente será contatada a escola, solicitando uma entrevista junto à direção, com o objetivo de explicar o estudo a ser realizado e obter a autorização da responsável para a realização do mesmo.

Após a obtenção do parecer favorável da escola (APÊNDICE 1), o projeto será encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) (APÊNDICE 2). Depois da apreciação do CEP, será estabelecido contato verbal com os pais adolescentes estudantes e não estudantes

⁷ Resolução nº 196/96: Incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, os quatro referenciais básicos da bioética: autonomia, não maleficência e justiça, entre outros, e visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado.

⁸ Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996 – Termos e definições

II. 15 - Vulnerabilidade - refere-se a estado de pessoas ou grupos que, por quaisquer razões ou motivos, tenham a sua capacidade de autodeterminação reduzida, sobretudo no que se refere ao consentimento livre e esclarecido.

e seus responsáveis, com a finalidade de esclarecer os objetivos da pesquisa e convidá-los a participar da pesquisa. Diante da resposta positiva, será formalizada a participação dos pais adolescentes, através da sua assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, bem como da assinatura do seu responsável (APÊNDICE 3), em duas vias, ficando uma via com o pesquisador e outra com o sujeito do estudo.

Cumpridas essas etapas, será combinado e agendado o encontro no domicílio, para realização da entrevista semiestruturada.

Os dados serão coletados no segundo semestre de 2009.

3.7 INSTRUMENTO PARA A COLETA DE DADOS

Neste estudo será adotada a entrevista semiestruturada para a coleta das informações, pois combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre os temas em questão, sem se prender à indagação formulada (MINAYO, 2007).

3.8 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados obtidos através do instrumento de pesquisa serão transcritos fielmente, em folhas devidamente identificadas pelo nome fictício, a fim de que sejam organizados e analisados coerentemente, amparados pela literatura e com base nos conhecimentos da autora. Será realizada uma análise prévia dos dados obtidos, que, em seguida serão divididos por temáticas, de acordo com os objetivos da pesquisa.

Para Minayo (2007), o tema compreende a descoberta dos significados do material coletado, evidenciando o que é relacionado ao objeto de estudo, que pode ser expresso através de uma única palavra, uma frase ou resumo.

Operacionalmente, a análise temática desdobra-se em três etapas. A pré-análise consiste na escolha dos documentos a serem analisados e na retomada das hipóteses e dos objetivos iniciais da pesquisa. O investigador deve se perguntar sobre as relações entre as etapas realizadas, elaborando alguns indicadores que o orientem na compreensão do material e na interpretação final; a exploração do material consiste numa operação classificatória que visa alcançar o núcleo de

compreensão do texto. O investigador busca encontrar categorias, que são expressões ou palavras significativas, em função das quais o conteúdo das falas será organizado.

Na etapa de tratamento dos resultados obtidos e interpretação, os resultados brutos são submetidos a operações estatísticas simples ou complexas, que permitem colocar em relevo as informações obtidas. A partir disso, o analista propõe inferências e realiza interpretações (MINAYO, 2007).

A autora acrescenta ainda que a análise dos dados têm o objetivo de compreender de forma mais profunda, desvendando os significados das informações obtidas. Isso permite uma compreensão maior do que vai ser estudado e a possibilidade de relacionamento com aspectos culturais

4 CRONOGRAMA

Período Atividades	Primeiro Semestre de 2008	Segundo Semestre de 2008	Primeiro Semestre de 2009	Segundo Semestre de 2009	Primeiro Semestre de 2010
Escolha do tema	X				
Revisão de Literatura	X	X			
Elaboração do projeto		X	X		
Construção do instrumento para coleta de dados			X		
Qualificação e Entrega do projeto			X		
Coleta de dados				X	
Elaboração da análise dos dados			X	X	X
Revisão de Português			X		X
Defesa					X

5 RECURSOS DO PROJETO

Recursos Humanos

Mestranda

Professor orientador

Professor co-orientador

Sujeitos da pesquisa

Professor de português

Recursos Materiais

Recursos	Quant.	Valor Unit./R\$	Valor R\$
Folhas A4	1000	3,00	30,00
Canetas	5	1,50	7,50
Lápis	3	1,00	3,00
Borracha	2	1,00	2,00
Cartucho de tinta para impressora	12	12,00	144,00
CDs	8	1,00	8,00
Gravador	1	65,00	65,00
Encadernação normal	12	6,00	72,00
Encadernação com capa dura	2	35,00	70,00
Pilhas	12	1,75	21,00
Transporte	20	2,00	40,00
Correção de Português	141	2,50	352,50
Tradução inglês	2	30,00	60,00
TOTAL			874,50

REFERÊNCIAS

AERTS, D.; et al. Promoção de saúde: a convergência entre as propostas da vigilância da saúde e da escola cidadã. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.20, n.4, p.1020-1028, jul/ ago. 2004.

ALTMANN, H. Orientação sexual em uma escola: Sexualidade na adolescência recortes de corpos e de gênero. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v.8, n.2, p.18-24, abril 2000.

ALTMANN, H. A sexualidade adolescente como foco de investimento político-social. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, n.46, p.287-310, dez. 2007.

ARAÚJO, U. F.; PUIG, J. M.; ARANTES, V. A. (orgs.). **Educação e valores: Pontos e Contrapontos**. São Paulo: Summus, 2007.

BALLONE, G. J. Depressão na Adolescência. In: **PsiquWeb**. Disponível em: <<http://sites.uol.com.br/gballone/infantil/adoelesc2.html>>. Revisto em 2003. Acesso em: Set. 2008.

BONATO, N. M. C. **Educação (sexual) e sexualidade: o velado e o aparente**. 1999. [online] Disponível em: <<http://www.geocities.com/Athens/Ithaca/9565/tese/indicee.html>>. Acesso em: fev. 2009.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: fev. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Ação Social, Justiça, Trabalho e Educação. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: O Ministério, 1990.

BUSS, P. M. e PELEGRINI FILHO, A. Iniquidades em saúde no Brasil, nossa mais grave doença: comentários sobre o documento de referência e os trabalhos da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.22, n.9, p.2005-2008, set. 2006.

BUSS, P. M. e PELEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. **Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p.77-93, 2007.

BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciênc. saúde coletiva**, v.5, n.1, p.163-177, 2000.

BYDLOWSKI, C. R.; WESTPHAL, M. F.; e PEREIRA, I. M. T. B. Promoção da Saúde. Porque sim e porque ainda não! **Saúde e Sociedade**, v.13, n.1, p.14-24, jan/abr. 2004.

CALLIGARIS, C. **A adolescência**. 1.ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

CANO, M. A. T.; FERRIANI, M. C. G. Sexualidade na adolescência: um estudo bibliográfico. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v.8, n.2, p.18-24, 2000.

Conselho Federal de Enfermagem (BR). Resolução nº 311, de 08 de fevereiro de 2007. Aprova o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem para aplicação na jurisdição de todos os Conselhos de Enfermagem. Disponível em: <<http://www.portalcofen.com.br/2007/>>. Acesso em: Dez. 2008.

CONTANDRIOPOULOS, A.P. et al. **Saber preparar uma pesquisa**. São Paulo: Hucitec, 1999.

COSTA, M. **Sexualidade na adolescência**: dilemas e crescimento. 11.ed. Porto Alegre: L&PM, 2002.

COSTA, M. et al. Gravidez na adolescência e co-responsabilidade paterna: trajetória sociodemográfica e atitudes com a gestação e a criança. **Ciênc. saúde coletiva**, v.10, n.3, p.719-727, 2005.

CRUZ, A. C. N.; OLIVEIRA, S. M. P. **Sexualidade do adolescente**: um novo olhar sem mitos e preconceitos. 2002. 92f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) Curso de Pedagogia, Universidade da Amazônia, Pará, 2002.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v.17, n.36, Abr. 2007. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103863X2007000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 Mar. 2009.

DIAS, A. B. e AQUINO, E. M. L. Maternidade e paternidade na adolescência: algumas constatações em três cidades do Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.22, n.7, p.1447-1458, jul. 2006.

DUARTE, R. G. **Sexo, sexualidade e doenças sexualmente transmissíveis**. 5 ed. São Paulo: Moderna, 1995 (Coleção Polêmica).

DUBEUX, C. R. **Quando o assunto é sexo**. 1998. 158f. Dissertação (mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

ELSTER, A. B. Adolescent fathers from a clinical perspectives. In: LAMB, M. E. (ed.). **The father`s role**: applied perspectives. New York: John Wiley, 1986.

FEIJÓ, R. B. e OLIVEIRA, E. A. Comportamento de Risco na Adolescência. **J. Pediatr.**, Rio de Janeiro, v.77, n.2, p.125-134, 2001.

FERREIRA, M. A. A educação em saúde na adolescência: grupos de discussão como estratégia de pesquisa e cuidado-educação. **Texto contexto-enferm.**, v.15, n.2, p.205-211, abr/jun. 2006.

FERREIRA, J. R.; BUSS, P. M. **Atenção primária e promoção da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 200, p 7-14.

FIGUEIRÓ, M. N. D. A produção teórica no Brasil sobre educação sexual. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n.98, p.50-63, ago. 1996.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GIFFIN, K. Exercício da paternidade: uma pequena revolução. In: SILVEIRA, P. (Org.). **O Exercício da paternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

GUIMARÃES, I. **Educação Sexual na Escola: mito e realidade**. 1 ed. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

HYPOLITO, A. et al. Democracia participativa em diferentes contextos: uma construção teórico-metodológica. In: HYPOLITO, A.; LEITE, M. C. L.; DALL'IGNA, M. A.; MARCOLLA, V. **Gestão Educacional e Democracia participativa**. Porto Alegre: UFRGS, 2008, p.13-34.

JACOBY, J. L. et al. Orientação sexual. **Revista Paixão de Aprender**, Porto alegre, n.11, p.85-92, mar. 1999.

JARDIM, D. P.; BRÊTAS, J. R. S. Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira. **Rev. Bras. Infere**, São Paulo, v.59, n.2, p.157-162, mar/abr. 2006.

KAHHALE, E. P., et al. Desenvolvimento da sexualidade e da relação materno – filial em gestantes adolescentes. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, v.8, n. 1, p 23- 29, 1997.

KREPPNER, K. Development in a developing context: Rethinking the family's role for the children's development. In: WINEGAR, L. T.; VALSINER, J. (orgs.). **Children's development within social context**. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1992, p161-180.

LEVANDOWISKI, D. C. Paternidade na adolescência: uma breve revisão da literatura internacional. **Estud. psicol.**, Natal, n.6, p.195-209, 2001.

LEVANDOWISKI, D. C. e PICCININI, C. A. A Interação Pai-Bebê entre Pais Adolescentes e Adultos. **Psicol. Refl. Crít.**, Porto Alegre, v.15, n.2, p.413-424, 2002.

LEVISKY, D. **Adolescência**: Reflexões psicanalíticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

LYRA, J. F. **Paternidade Adolescente: uma proposta de intervenção**. 1997. 182f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

LYRA, J. F. Paternidade adolescente: da investigação a intervenção. In: ARRILHA, M.; RIDENTI, S. e MEDRADO, S. (orgs.). **Seminário Gravidez na Adolescência**. São Paulo: ECOS/Ed.34, 1998. p.185-214.

MALDONADO, M. T. **Maternidade e paternidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

MANZINI, M. L. **A fala dos homens**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

MARQUES, E. C. Espaço e grupos sociais na virada do século XXI. Disponível em: <http://www.centrodametropole.org.br/pdf/grupos_edu.pdf>. Acesso em: set. 2008.

MEDRADO, B.; LYRA, J. A adolescência “desprevenida” e a paternidade na adolescência: uma abordagem geracional e de gênero. In: SCHOR, N.; MOTA, M. S. F. T.; CASTELO BRANCO, V. (orgs.). **Cadernos: Juventude, saúde e desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Saúde, 1999. v.1, p.230-248.

MEDRADO, B.; LYRA, J. Paternidade na Adolescência: Para além da Prevenção. Disponível em: <<http://lildbi.bireme.br/lildbi/docsonline/lilacs/paternida.pdf>>. Acesso em: ago. 2008.

MEINCKE, S.M.K. **A construção da paternidade na família do pai adolescente:** contribuição para o cuidado de enfermagem. 2007. 275f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Curso de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Ministério da Ação Social, Justiça, Trabalho e Educação (BR). **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília: O Ministério, 1990.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social:** teoria, métodos e criatividade. 8.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 10.ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

OUTEIRAL, J. A. **Adolescer:** Estudos sobre a Adolescência. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

POLIT, D. F.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem.** 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

RAPPAPORT, C. **Encarando a adolescência.** São Paulo: Ática, 1995.

RIBEIRO, P. R. C.; SOUZA, D. O. Discutindo e refletindo sexualidade-AIDS com professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v.13, n.2, p.211-227, ago. - dez. 2002.

ROBINSON, B. E.; BARRET, R. L. Issues and problems related to the research on teenage: a critical analysis. **Journal of School Health**. v.52, p.596-600, dez. 1982.

RODRIGUES, M. M.; TRINDADE, Z. A. Em nome do pai e do filho: relações afetivas e instrumentais. In: MENANDRO, P. R.; TRINDADE, Z. A. e BORLOTI, E. B. (orgs.). **Pesquisa em Psicologia: recriando métodos**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 1999. p.125-138.

RODRIGUES, E. A. S. et al. O Adolescente e a vivencia da paternidade: uma abordagem fenomenológica. **Rev. Min. Enf.**, v.7, n.2, p.82-88, jul/dez. 2003.

SALLES, L. M. F. **Adolescência, escola e cotidiano**: contradições entre o genérico e o particular. Piracicaba: UNIMEP, 1998.

SAYÃO, I. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, J. G. (org.). **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.

SCHELEMBERG, J. M.; PEREIRA, L. D. C.; GRISARD, N.; HALLAL, A. L. C. Características socioeconômicas e psicossociais do pai adolescente. **Arquivos Catarinenses de Medicina**, v.36, n.2, p.62-68, 2007. Disponível em: <<http://www.acm.org.br/revista/pdf/artigos/482.pdf>>. Acesso em: ago. 2008.

SILVA, M. R.; PICCININI, C. A. Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.24, n.4, p.561-573, out/dez. 2007.

SILVA, M. S.; SILVA, M. R.; ALVES, M. F. P. Sexualidade e Adolescência: é preciso vencer os tabus. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**. Belo Horizonte, 12 - 15 set. 2004.

SLUZKI, C. E. **A rede social na prática sistêmica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997

TIBA, I. **Puberdade e adolescência**: desenvolvimento biopsicossocial. São Paulo: Ágora, 1986.

TIBA, I. **Adolescência: O despertador do sexo**. São Paulo: Cortez, 1994.

UNAIDS PROGRAMA CONJUNTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA HIV/AIDS. **As crianças e o HIV/AIDS**. Informativo do UNIAIDS, abr. 1999.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano de sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2004.

WAGNER, A. et al. A Comunicação em Famílias com Filhos Adolescentes. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.7, n.1, p.75-80, jan/jun. 2002.

YEPEZ, M. T.; PINHEIRO, V. S. Adolescência, saúde e contexto social: esclarecendo práticas. **Psicologia & Sociedade**, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p.133-147, jul/dez. 2002.

ZAGURY, T. **O adolescente por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

APÊNDICES

APÊNDICE 1**Autorização para o Desenvolvimento do Estudo**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Cecília Lorea LeiteCo-Orientadora: Prof^a. Dr^a. Enf^a. Sonia Maria Könzgen Meincke

Orientanda: Tatiane Machado da Silva

Pelotas, ____ de _____ de 2009

Ilmo. Sr (a) Diretor (a) da Escola

Prezado (a) Senhor (a)

Na condição de mestranda do curso de Pós-Graduação de Enfermagem da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia da UFPel, venho solicitar a V.S^a. a autorização para desenvolver uma pesquisa, a qual tem por objetivo conhecer as percepções do pai adolescente acerca da escola como uma rede social de apoio à paternidade na adolescência visando a elaboração de uma dissertação, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Enfermagem.

Para a presente pesquisa, serão sujeitos do estudo adolescentes com idades entre 10 e 19 anos e que sejam pais, dispostos a participar deste estudo após a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Terei presente o compromisso ético de resguardar todos os sujeitos envolvidos na pesquisa, assim como a instituição, em concordância com o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, enfatizando os artigos 89,90 e 91 (responsabilidades e deveres), 94 e 98 (proibições) e a Resolução 196/1996 do CNS, que trata da pesquisa envolvendo seres humanos.

Dessa forma, contamos com seu apoio, agradecendo desde já pela oportunidade, e coloco-me à disposição para outros esclarecimentos.

Atenciosamente,

Tatiane Machado da Silva
Orientanda

Maria Cecília Lorea Leite
Orientadora

APÊNDICE 2**Carta de Encaminhamento do Projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa**

Universidade Federal de Pelotas
Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia

Pelotas, _____ de _____ de 2009

Ilmo (a) Sr (a)

Coord. Comissão de Ética em Pesquisa

Prezado (a) Senhor (a)

Solicitamos a apreciação deste Comitê de Ética em Pesquisa para o trabalho de pós-graduação intitulado: “Escola, uma Rede Social de Apoio à Paternidade na Adolescência”, de autoria da mestranda Tatiane Machado da Silva, da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia da Universidade Federal de Pelotas, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Cecília Lorea Leite e co-orientação da Prof^a. Dr^a. Enf^a. Sonia Maria Könzgen Meincke.

Aguardamos o parecer e nos colocamos à disposição.

Atenciosamente.

Tatiane Machado da Silva
Orientanda

Maria Cecília Lorea Leite
Orientadora

APÊNDICE 3

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Pesquisa: “Escola, uma Rede Social de Apoio à Paternidade na Adolescência”

Autores: Tatiane Machado da Silva, Prof^a. Dr^a. Maria Cecília Lorea Leite e Prof^a. Dr^a.

Enf^a. Sonia Maria Könzgen Meincke

E-mail:

Contato:

Tel.:

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Pelotas, ____ de _____ de 2009

Pretendemos desenvolver uma pesquisa com o objetivo de conhecer as percepções do pai adolescente acerca da escola como uma rede social de apoio à paternidade na adolescência e, dessa forma, contribuir para o exercício de uma paternidade durante a adolescência de forma tranquila e saudável.

Essas informações serão compiladas e os resultados obtidos ficarão à sua disposição.

Para isso, gostaríamos de convidá-lo a participar desta pesquisa, relatando sua experiência e emitindo sua opinião a respeito das questões solicitadas através de uma entrevista gravada. Estas informações serão compiladas juntamente com as dos outros participantes e os resultados obtidos colocados a disposição dos mesmos. A coleta de dados não acarreta risco, pois não prevê procedimentos invasivos, ou de ordem moral, considerando que na entrevista as perguntas poderão ser respondidas na totalidade ou em parte, dentro da atividade do enfermeiro.

A coleta de dados será realizada pela mestranda Tatiane Machado da Silva, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Cecília Lorea Leite e co-orientação da Prof^a. Dr^a. Enf^a. Sonia Maria Könzgen Meincke, de abril a maio do ano de 2009, em dia e horário previamente acordados entre o entrevistado e pesquisadora.

Pelo presente consentimento informado, declaro que fui esclarecido, de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, sobre os objetivos, a justificativa e benefícios do projeto de pesquisa. Da mesma forma,

concedo à autora da pesquisa o direito de utilizar as informações obtidas na entrevista, para divulgação dos resultados em trabalhos científicos.

Fui igualmente informado:

- da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento referente à pesquisa;

- da liberdade de retirar meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto me traga prejuízo algum;

- da segurança de que não serei identificado e que se manterá o caráter confidencial das informações.

Eu, _____ aceito participar desta pesquisa. Estou ciente de que as informações por mim fornecidas serão mantidas em absoluto sigilo.

Participante da pesquisa

Pesquisadora

APÊNDICE 4

Instrumento de Pesquisa

Dados de Identificação

Nome Fictício: _____

Idade:

Escolaridade:

Estado Civil:

Questões Norteadoras

1. Com que idade você descobriu que seria pai?
2. Na época em que você ficou sabendo da gravidez de sua namorada/companheira, você estava estudando?
3. A escola onde você estuda o incentivou a continuar seus estudos após a paternidade?
4. O que você acha que a escola pode fazer para auxiliar os pais adolescentes a permanecerem estudando?
5. Você já ouviu falar sobre Redes de Social Apoio?
6. Você acha que a escola deu o apoio que você precisou no momento da paternidade?
7. Que dificuldades você acha que podem existir para a escola dar o apoio de que necessitam os pais adolescentes?
8. Você contou com o apoio da sua família para assumir a paternidade?

ANEXOS

Anexo A

Carta ao Comitê de Ética e Pesquisa



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP/UCPel

RESULTADO

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Pelotas analisou o projeto:

Número: 2009/07

Título do projeto: "Escola: Rede Social de apoio à Paternidade na Adolescência"

Investigador(a) principal: Maria Cecília Lorea Leite

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da UCPel, em reunião datada de 16 de julho de 2009, ata nº 06.

A avaliação foi realizada pelos membros do comitê, baseada na análise minuciosa do projeto, apresentada por um dos membros.

Outrossim, informamos que é obrigatório a entrega do relatório de conclusão pela coordenação do referido projeto ao Comitê de Ética – CEP/UCPel, na Secretaria da Pró-Reitoria Acadêmica da Universidade Católica de Pelotas.

Pelotas, 20 de julho de 2009


Prof. Dr. Ricardo Tavares Pinheiro
Coordenador CEP/UCPel

RELATÓRIO DO TRABALHO DE CAMPO

Relatório do Trabalho de Campo

O presente trabalho foi elaborado como parte do Mestrado em Enfermagem, correspondente a estudos sobre Práticas de Atenção em Enfermagem e Saúde, desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas (UFPeI). Para desenvolver o estudo, foram realizados alguns encontros, entre os meses de julho e agosto de 2008, com os professores orientador e co-orientador, para definir o tema; após a definição, os encontros permaneceram semanais até o momento da defesa da dissertação. Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, que utilizou como referencial teórico a visão de Redes Sociais de Sluzki, que afirma:

As redes sociais constituem uma das chaves centrais da experiência individual de identidade, bem-estar, competência e agenciamento ou autoria, incluindo os hábitos de cuidado da saúde e a capacidade de adaptação em uma crise (SLUZKI, 1997, p.42).

Tal definição nos permite compreender que todas as pessoas, instituições e relacionamentos que envolvem os seres humanos são importantes para o seu desenvolvimento e crescimento como indivíduos e cidadãos, e neste caso a rede social de apoio estudada foi a escola.

A pesquisa foi realizada no domicílio de pais adolescentes, os quais foram contatados, inicialmente, em uma escola pública de ensino fundamental e médio de um município situado na região sul do Rio Grande do Sul. E os pais não estudantes foram selecionados a partir de um levantamento realizado no banco de dados da pesquisa multicêntrica denominada Redes Sociais de Apoio ao Pai Adolescente⁹ (RAPAD), que tem como coordenadora a Professora Dr^a. Sonia Maria Könzgen Meincke. A fim de manter o anonimato, os pais adolescentes foram identificados por nomes próprios fictícios escolhidos por eles, seguidos de sua respectiva idade.

O primeiro contato com os pais adolescentes se deu via telefone, quando apresentei-me como mestranda e pesquisadora, falei sobre meu estudo e os

⁹ Pesquisa coordenada pela Prof^a. Dr^a. Sonia Maria Könzgen Meincke, apoiada pelo CNPQ que esta acontecendo em três hospitais universitários vinculados as universidades públicas de três estados brasileiros: Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas (Pelotas/RS), Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis/SC), Hospital Universitário da Universidade Federal de Paraíba (João Pessoa/PB).

objetivos do mesmo, e solicitei um encontro com cada um deles. Após este primeiro contato, iniciei as visitas no domicílio dos pais adolescentes, em um horário estipulado por eles, uma vez que a maioria estava trabalhando durante o horário comercial (8 às 19 horas).

A primeira visita ocorreu em outubro de 2009, e o primeiro entrevistado foi João_19 (nome fictício escolhido por ele). Este adolescente morava com a companheira e o filho em uma pequena casa construída nos fundos da casa dos sogros, e trabalhava em horário integral em uma academia de ginástica, da qual seu pai era o proprietário. Neste encontro estavam presentes o pai adolescente, a companheira e a entrevistadora. Foi explicado o objetivo do estudo, mostrado o projeto de pesquisa, solicitadas novamente a participação e permissão para gravar a entrevista. Após o aceite, foi pedido ao pai adolescente que assinasse o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

João_19 descobriu que seria pai aos 18 anos, quando estava cursando o último ano do ensino médio. Ele e a companheira estavam atentos a cada uma das perguntas que eu fazia e mostravam-se sempre dispostos a responder cada uma delas, embora eu tivesse explicado no início que o estudo era dirigido apenas ao pai adolescente. João_19 parou de estudar logo que terminou o ensino médio e começou a trabalhar. Pensava em retornar aos estudos com o tempo, mas neste momento precisa continuar trabalhando. Nunca ouviu falar em redes sociais de apoio e muito menos sabia seus direitos e deveres em relação à escola. A companheira de João_19 retornou à escola no turno da noite e comentou que nenhum de seus colegas sabia que ela era mãe, mas que muitas de suas colegas também tinham filhos. A entrevista durou pouco tempo, em torno de 20 minutos, pois o pai adolescente desconhecia a maioria das questões que lhe eram perguntadas. Ao final, agradei a colaboração e comentei que talvez fosse necessário procurá-lo mais vezes.

A segunda entrevista aconteceu na casa de Cristiano_17, adolescente de 17 anos, que descobriu que seria pai aos 16. No momento estava cursando a sétima série do ensino fundamental. A entrevista ocorreu na casa de sua mãe, onde moram ela, Cristiano_17 e mais um casal de idosos. A mãe de Cristiano_17 há poucos dias havia tido alta hospitalar, esteve internada por motivo de infarto e estava se recuperando. O jovem mostrou-se muito disposto a colaborar com a pesquisa, não se negou a responder nenhuma das questões e muito menos que a entrevista fosse

gravada. Como era menor de idade, foi necessário que sua mãe assinasse o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Cristiano_17 contou que sua companheira tinha 14 anos de idade e morava com o filho na casa de seus avós maternos, em um bairro um pouco mais distante, mas mesmo assim ele a visitava diariamente. O adolescente não trabalhava e os estudos estavam ficando em segundo plano. Quem praticamente sustentava seu filho era a mãe do adolescente, que vivia do salário de dois empregos.

Cristiano_17 e a mãe moravam em uma pequena casa muito humilde, em um dos bairros mais pobres na cidade de Pelotas. Ele contou à pesquisadora que sua irmã, que já estava com mais de 20 anos, também foi mãe muito cedo, ou seja, aos 15 anos. Este pai adolescente conversou comigo de uma forma muito sincera. Desconhecia o que são redes sociais de apoio, não sabia de seus direitos e deveres em relação à escola e comentou que o diretor da instituição onde estudava conversava com ele sempre que podia, dizendo para que ele não faltasse mais às aulas e que estudasse mais, a fim de dar bom exemplo como pai. No final da entrevista, agradei e pedi permissão para procurá-lo novamente, se assim fosse necessário.

Pedro_18 foi o terceiro pai adolescente a ser entrevistado. Antes do encontro foi necessário que conversássemos pelo menos três vezes por telefone, pois os nossos horários não estavam coincidindo. O encontro se deu na residência de sua sogra, onde morava com a companheira de 15 anos e sua filha de 1 ano e meio. Contou-me que descobriu que seria pai aos 17 anos, quando estava cursando a sétima série do ensino fundamental. Nesta mesma época, sua namorada e atual companheira tinha apenas 13 anos de idade. Na casa moravam sete pessoas: Pedro, a companheira, a filha, a sogra e o seu esposo (que, no caso, era padrasto da companheira de Pedro_18) e dois meninos com idades entre 6 e 8 anos, irmãos da companheira de Pedro_18. No começo da conversa, apresentei-me, mostrei a carteira de estudante, expliquei o objetivo da pesquisa, pedi autorização para gravar a entrevista e, por fim, solicitei a assinatura do entrevistado no consentimento livre e esclarecido. Toda a entrevista não durou mais do que 15 minutos. Ficamos conversando um pouco sobre a sua nova vida e, neste momento, sua companheira se aproximou, mas não falou absolutamente nada, era uma menina muito quieta e tímida. Também chegaram à sala a dona da casa e a mãe do próprio entrevistado, que o estava visitando neste dia.

Pedro_18 contou que, após o nascimento da filha, precisou conseguir um trabalho em turno vespertino e continuou estudando durante o período da manhã. Com o tempo, a direção da escola solicitou que fosse transferido para o turno da noite, pois já estava com idade avançada para prosseguir estudando durante o dia, juntamente com outras crianças. Como mudar o turno de estudo era inviável, precisou largar tudo, para dedicar-se apenas ao trabalho. Seu trabalho era em uma oficina mecânica pertencente a um tio. Sua companheira também havia largado os estudos, para poder cuidar da criança, mas ambos desejavam estudar novamente. O adolescente não tinha sequer noção do que seja uma rede social de apoio e muito menos conhecia seus direitos como estudante, apenas comentou que algumas vezes a coordenadora do Serviço de Orientação Pedagógico (SOP) o chamava, e à sua companheira, para conversar e perguntar se precisavam de alguma ajuda. Expliquei a ele o que são redes sociais de apoio e quais são seus direitos e deveres como estudante. Coloquei-me à disposição para qualquer esclarecimento em relação à pesquisa e agradei sua participação. Também comentei sobre a necessidade de talvez nos reencontrarmos.

O quarto entrevistado foi o adolescente de 19 anos que escolheu o nome fictício de Guilherme_19. Com este jovem foram marcados vários encontros, pois estive algumas vezes em sua residência e não o encontrei, uma vez que seu horário de trabalho era muito variado. Guilherme_19 descobriu que seria pai aos 19 anos de idade, e já não estava estudando mais, nesta época, pois decidiu parar os estudos para trabalhar e ter seu próprio dinheiro. Na residência onde ocorreu a entrevista moravam três pessoas: Guilherme_19, sua nova companheira, que não é a mãe de seu filho, e uma criança de três anos que é filho desta nova companheira. Como de costume, apresentei-me, mostrei o projeto e expliquei o objetivo do estudo, solicitei a gravação da entrevista e sua assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A companheira de Guilherme decidiu sair de casa, para deixá-lo mais à vontade para conversar. O adolescente mostrou-se muito disposto a colaborar com o estudo e também demonstrou certa necessidade de dialogar, já que estava passando por alguns problemas pessoais. Contou que não estava estudando havia dois anos, pois achava que já possuía idade para se sustentar e não pedir mais ajuda aos pais. Teve a oportunidade de servir no quartel onde queria seguir carreira, mas precisou desistir porque, na época do nascimento de seu filho, estava para ser transferido para outra cidade e a menina com quem se relacionava estava tendo

problemas na gestação. Guilherme_19 disse que, na época em que estava na escola, cursando o ensino fundamental no turno da manhã, foi solicitado a ele que mudasse de turno. Não tendo como conciliar o novo turno da escola com o trabalho precisou abandonar os estudos. No momento trabalhava como motoboy, sem turno definido. Guilherme_19 acreditava que os professores de uma escola precisam conversar mais com seus alunos, a fim de conhecer sua realidade e não ter um conceito definido sobre cada um deles; acreditava que o maior problema para a escola se constituir uma rede de apoio é a falta de diálogo, embora ele não soubesse o que são redes sociais de apoio. No momento em que se encontrava, não tinha nenhum tipo de relacionamento com o filho e muito menos com a mãe da criança. Por motivo de brigas familiares, foi proibido de ver a criança. Na época em que se relacionava com a mãe de seu filho descobriu que, por ser motoboy, o padrasto e o tio da menina o estavam usando para transportar drogas. Quando descobriu o que havia nos pacotes que carregava, negou-se a continuar e, por isso, foi envolvido em uma briga e proibido de ver a criança. Sentia-se muito infeliz e impotente, pois tinha saudades do menino e sabia o quanto é importante para a criança a presença do pai. Resolveu não contar o problema a ninguém, a fim de não envolver mais pessoas, e por isso conformava-se em ficar longe do filho. Contou que, quando estava se sentindo só ou com saudades, pegava a moto e fazia corridas, a fim de acalmar-se.

Acredito que não só neste caso em especial, mas com relação aos outros pais adolescentes, as redes de apoio necessitam ser acionadas, principalmente a escola, pois é uma agregadora de conhecimentos, experiências e vivências capazes de ajudar cada um destes pais adolescentes. A comunidade escolar precisa estar ciente da vida de seus alunos, com o intuito de encontrar meios de estimulá-los a lutar por seus ideais. No entanto o despreparo dos educadores para realizarem uma abordagem mais próxima em relação aos alunos impossibilita que o dialogo entre eles seja algo cada vez mais distante.

A conversa com Guilherme_19 foi muito rica, mas senti-me um pouco frustrada, por não poder intervir de forma positiva em seu problema. Coloquei-me à disposição para ajudá-lo, se assim o quisesse, e também pedi para procurá-lo novamente caso fosse necessário.

O último entrevistado foi Mateus_17, um pai adolescente de 17 anos que descobriu que seria pai com esta mesma idade, quando estava cursando a sétima

série do ensino fundamental. Meu encontro com Mateus_17 aconteceu no mês de novembro de 2009. Combinamos um encontro em sua residência à noite, após as 20 horas, já que trabalhava até as 19 horas e sua casa ficava um pouco distante. No dia do encontro, solicitei ao meu noivo que me acompanhasse, pois desconhecia totalmente o local e estava um pouco receosa. Foi difícil achar a casa de Mateus, pois fica em um local de difícil acesso. Precisei ir perguntando aos moradores ao redor, até que, em um pequeno armazém, o dono conhecia não só o Mateus, como também seus familiares. Chegando lá, deparei-me com uma realidade triste: era uma casa de madeira, muito humilde, com pouca iluminação e muitos animais e madeiras ao redor. Mas, para minha surpresa, fui recebida com muita atenção e delicadeza por parte de todos os que ali se encontravam. Nessa casa moravam Mateus_17, sua companheira, o filho de 6 meses, a mãe, o pai, um irmão de mais ou menos 7 anos de idade, um outro irmão de 12 anos e o avô materno. Ficamos todos sentados na cozinha, enquanto a companheira e os pais de Mateus_17 preparavam o jantar. Mateus_17 há pouco havia chegado do trabalho, ainda estava com a roupa suja, pois estava trabalhando em uma cabanha, cuidando de animais. Iniciei a conversa apresentando-me a todos, explicando o motivo da visita e o objetivo do estudo, e pedindo permissão para gravar a entrevista. Como este pai adolescente era menor de idade, solicitei ao pai que assinasse o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Mateus_17 contou-me, durante a entrevista, que sempre fora de perder aula para ficar apenas no pátio da escola, mas nunca havia pensado em desistir dos estudos. Isso aconteceu apenas porque, em um determinado dia, a direção da escola onde estudava comunicou aos seus pais que ele e seu irmão de 12 anos seriam transferidos para outra escola, pois já estavam com idade avançada para cursar as séries que estavam frequentando e, portanto, iriam para o turno da noite nesta nova instituição. Como a nova escola ficava longe de sua residência e era necessário utilizar ônibus, já que o retorno para casa era muito tarde, e como seus pais não dispunham de dinheiro para pagar a condução, foi preciso deixar de estudar. No atual momento precisava trabalhar para sustentar a nova família. Também estava enfrentando outro problema: a falta de creche próximo à sua casa para deixar o filho, para que ele e a companheira de 16 anos pudessem voltar a estudar. Durante todo o tempo em que estive ali, os pais de Mateus_17 fizeram questão de participar da conversa, mostraram sua preocupação em dar estudo aos filhos. E também comentaram que sempre conversavam com Mateus_17

e a namorada sobre a importância de evitarem filhos nesta idade. Como isso não foi possível, davam o apoio necessário a eles, sem tirar a responsabilidade de cada um. O pai de Mateus_17 era feirante e a mãe era diarista, viviam de forma humilde, mas procuravam sempre dar o apoio e a ajuda de que os filhos necessitavam. Agradei a cada um deles a colaboração e coloquei-me à disposição para qualquer ajuda. Disse também que, se fosse necessário, iria procurá-los novamente.

Após a coleta, todos os dados foram fielmente transcritos, lidos e analisados buscando identificar o núcleo de sentido contidos nas falas dos pais adolescentes e nos registros das observações. O método de análise por temática constitui-se em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação. A pré-análise foi a fase em que os dados obtidos foram organizados para uma análise mais profunda. Na exploração do material foi realizada uma leitura do conteúdo das comunicações obtidas nas entrevistas; e a terceira etapa, tratamento dos resultados obtidos e interpretação, constituiu-se na busca de seus significados (Minayo,2007).

O registro das entrevistas era feito imediatamente após os encontros, ou logo que possível. Conforme os dados eram transcritos, prontamente era realizada a organização de acordo com o sujeito, com o local da entrevista, o dia e a duração.

Todas as entrevistas realizadas tiveram uma média de duração de 20 minutos totalizando uma hora e quarenta minutos de gravação. Logo que iniciou-se a transcrição e análise dos dados foi concluído que não havia necessidade de um novo encontro, já que cada um dos sujeitos desconhecia por completo a existência de redes sociais de apoio e refazer os questionamentos não alteraria o resultado obtido.

ARTIGO FINAL¹⁰

¹⁰ Artigo formatado de acordo com as normas do Caderno de Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (FaE- UFPel).

Pais adolescentes e suas expectativas em relação à escola

Tatiane Machado da Silva Soares¹

Maria Cecília Lorea Leite²

Sonia Maria Konzgen Meincke³

Resumo

Com o objetivo de identificar as percepções do pai adolescente acerca da escola como uma componente da rede social de apoio à paternidade na adolescência, este artigo apresenta parte dos dados obtidos através de uma pesquisa de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas (FEn-UFPeL). Trata-se de um estudo qualitativo, que utilizou como referencial teórico o conceito de rede Social de Sluzki. Participaram cinco pais adolescentes. A coleta de dados ocorreu no segundo semestre de 2009. Constatou-se que há uma grande dificuldade da escola em se estabelecer como um dos componentes da rede social de apoio à paternidade na adolescência, uma vez que desconhece a realidade vivenciada por esses pais e por não conseguir adaptar-se às transformações sociais que ocorrem de forma tão rápida.

Palavras-chave: adolescente, paternidade, escola.

Adolescent parents and their for school

Abstract

This article aims to identify the teenage fathers perceptions about school as a part of the social support network for fatherhood during adolescence period. It features some of the data obtained through a Masters research in Program Graduate Nursing, School of Nursing, Federal University of Pelotas (fen-UFPeL). The research comes from a qualitative study based on the theoretical concept of social networking Sluzki. Five teenage parents have responded to the questionnaire. Data collection occurred in the second half of 2009. It was found that there is a great difficulty in establishing the school as a component of the social network for supporting the fatherhood, as it ignores the reality experienced by these parents and also because it can not adapt to social changes that occur so quickly.

Key Words: adolescent, parenting, school

Introdução

Vivenciar a adolescência e conseguir lidar com a sexualidade em uma sociedade que a todo instante nos desafia é, muitas vezes, uma grande conquista. Cada vez mais os adolescentes iniciam cedo sua vida sexual, seguidamente sem cuidados contraceptivos, expondo-se, dessa maneira, à gravidez e à paternidade precoces, bem como a doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). Esses fatos, conseqüentemente, contribuem para aumentar o número de mães/pais adolescentes e/ou contaminados com o vírus da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS). O comportamento sexual dos adolescentes pode estar baseado no sexo sem amor, na afirmação do corpo, na busca do prazer e principalmente na conquista de um espaço (SILVA; SILVA; ALVES, 2004).

A adolescência, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) compreende o período entre os 10 e 19 anos de idade (ROSA; BRERING, 2009). Rios et al (2002) comentam que nos contextos culturais que nomeiam e designam a adolescência, geralmente, entre os critérios que caracterizam este fenômeno e especialmente, o final deste processo do ciclo vital, pode se destacar: a apresentação da capacidade de assumir compromissos profissionais e a conseqüente independência econômica, a constituição de uma família, geralmente vinculada ao advento da maternidade/paternidade.

Com o começo das primeiras experiências sexuais, os adolescentes acabam expostos à gravidez inesperada da namorada, principalmente quando não há informação ou uso de métodos anticoncepcionais adequados. Por conseguinte, é provável que as transformações próprias da fase adolescente fiquem exacerbadas frente a uma situação de gravidez e paternidade (LEVANDOWISKI; PICCININI, 2002).

Neste estudo, considera-se a paternidade na adolescência como o fato de um indivíduo tornar-se pai antes de completar 20 anos de idade (REIS, 1997).

Segundo Schelemberg et al. (2007, p.63), alguns fatores de risco podem estimular a paternidade na adolescência: “ser filho de mãe adolescente, ser filho de pais separados, iniciação sexual precoce, abandono escolar e histórico de problemas comportamentais”.

Esses autores ainda argumentam que, na maioria das vezes, pais adolescentes têm o mesmo perfil das mães adolescentes, como, por exemplo, baixo rendimento escolar, altas taxas de abandono do estudo, baixas condições econômicas e de perspectivas de realização profissional. Além disso, eles têm maior chance de usarem drogas lícitas e ilícitas, de serem promíscuos e adquirirem DSTs, de se exporem a situações de risco, de serem agressivos e indisciplinados, e de desenvolverem depressão.

No entanto, a paternidade na adolescência é um tema que, apenas na última década, tem sido focalizado por estudiosos e pesquisadores como Lyra (1997); Trindade (1997); Medrado (1999); Levandowski (2001); Sarmanta (2001); Soane (2002); Siqueira (2003); Piccinini (2004); Correa e Radtke (2005); Centa (2006); Dias e Aquino (2006); Munhoz (2006); Correa e Ferriani (2007) e Meincke (2007), uma vez que a maioria dos estudos tinha como foco a maternidade na adolescência.

Em 1986, autores como Elster e Lamb afirmavam que o pai parecia ter sido esquecido, por muito tempo, como figura importante para desenvolvimento psicológico da díade mãe-criança.

A ausência de estudos sobre a temática da paternidade na adolescência é também evidenciada no estudo de revisão de literatura de Levandowski (2001), que buscou artigos publicados internacionalmente no período de 1990 a 1999, na base de dados Psychological Abstracts (Psyclit). A autora constatou que a diferença entre o número de artigos e livros publicados sobre maternidade e paternidade era altamente significativa, uma vez que a maioria das pesquisas estava centrada na mãe.

A partir dos anos de 1980, as temáticas relacionadas à construção social da masculinidade e sua influência no papel paterno surgiram de forma mais consistente, indicando uma participação mais efetiva da figura paterna no cotidiano familiar (HENNIGEN; GUARESCHI 2002).

Para Lyra (1997), no plano dos valores, o princípio de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres vem sendo discutido não apenas no que diz respeito à cidadania pública, mas também à cidadania privada, isto é, a maior participação das mulheres na vida pública deve corresponder à maior participação do homem na vida privada, na responsabilidade pela vida sexual e reprodutiva, na criação dos filhos e na partilha das atividades domésticas.

De acordo com Wall e Arnold (2007), o pai passou a ser representado na literatura, televisão, filmes e revistas como mais envolvido emocionalmente, mais participativo e comprometido com suas crianças, e tão capaz quanto as mães na educação dos filhos. Com isso, identificou-se o desejo masculino de experiências mais afetivas, impulsionando-o ao maior envolvimento com seus filhos (BUSTAMANTE, 2005; GOMES; RESENDE, 2004).

Os pais podem ter uma ampla participação na vida dos seus filhos, não restringindo seu envolvimento apenas ao sustento financeiro, a passeios e/ou brincadeiras. Contudo, entendemos que, para que as mudanças se deem de forma harmônica e satisfatória para todos os envolvidos (pai/mãe adolescentes, crianças e familiares), outros cenários poderão ser agregados para fornecer orientações, subsídios e suporte, como, por exemplo, a instituição escolar.

Ajudar o adolescente, principalmente aquele que se tornou pai em um momento de tantas descobertas e mudanças, lhe propiciará apropriar-se do papel de pai com mais segurança e tranquilidade. Além disso, o apoio dado pela escola permitirá a este novo pai seguir seus estudos e atingir seus objetivos futuros. É necessário que o jovem saiba que sua presença durante o desenvolvimento do filho é de extrema importância, ou seja, é fator determinante para a vida e bem-estar do mesmo. Se a criança for recebida por um pai e uma família que a assumam, que a acolham e atendam às suas necessidades, ela terá maior probabilidade de passar uma infância tranquila, segura e, consequentemente, estabelecerá vínculos afetivos mais fortalecidos.

A família, a sociedade e a escola são instituições importantes para o desenvolvimento das redes de apoio, uma vez que, através de ações educativas, elas poderão ajudar o adolescente a enfrentar as situações de risco, como a paternidade/maternidade precoces.

Brito e Koller (1999) definem rede social de apoio como um conjunto de sistemas e de pessoas significativas que compõem os elos de relacionamento recebidos e percebidos do indivíduo. Por esse motivo, acreditamos que a escola pode contribuir para o desenvolvimento de uma educação sexual que promova no adolescente conhecimento e compromisso para com a sua própria sexualidade, uma vez que, segundo Jardim e Bretas (2006), é o ambiente social no qual esse indivíduo passa grande parte dessa fase de sua vida e é uma das principais instituições em que se desenvolvem contatos interpessoais.

Considerando a orientação sexual como fator essencial ao desenvolvimento seguro da sexualidade na adolescência, pressupõe-se que a maternidade e a paternidade na adolescência necessitem ser trabalhadas na escola, por ser espaço privilegiado na construção de uma rede de apoio à paternidade na adolescência.

A vivência durante atividades acadêmicas junto aos adolescentes instigou a averiguar de que forma se dão as relações entre a escola e os pais adolescentes e, para isto, foi estabelecido como objetivo geral do estudo conhecer as percepções do pai adolescente acerca da escola como um dos componentes da rede social de apoio à paternidade na adolescência. E definiu-se, como objetivos específicos, reconhecer as atividades desenvolvidas pela escola que possibilitem ao pai adolescente identificá-la como componente da rede social de apoio, além de averiguar junto a eles que tipo de apoio necessitam receber da escola durante a experiência de ser pai.

Este artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa realizada por ocasião do Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas (FEN-UFPel). Espera-se que os seus resultados possam contribuir para o debate sobre a temática, enfatizando a importância da produção de conhecimentos sobre o pai adolescente, como pai, estudante e cidadão.

Metodologia

Trata-se de uma investigação de abordagem qualitativa (MINAYO, 2004), que contou com cinco pais adolescentes como sujeitos do estudo.

Este estudo atendeu a Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional do Ministério da Saúde e foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) sob o número 2009/07.

Inicialmente, foram identificados os pais que eram estudantes, através de levantamento realizado numa escola pública na cidade de Pelotas, enquanto que os não estudantes foram contatados a partir do banco de dados de uma pesquisa multicêntrica denominada Rede de Apoio à Paternidade na Adolescência¹¹ (RAPAD). Os critérios utilizados para a seleção dos sujeitos foram: ser pai adolescente, com idade entre 10 e 19 anos, estar estudando ou ter evadido da escola antes do nascimento do filho, e o filho ter nascido no período de janeiro de 2008 a janeiro de 2009. A fim de manter o anonimato, os pais adolescentes foram identificados por nomes próprios fictícios escolhidos por eles.

Para comunicação com os sujeitos, primeiramente foi realizado contato telefônico com cada um dos pais adolescentes. Nessa oportunidade, explanavam-se os objetivos da pesquisa e solicitava-se um encontro no domicílio dos mesmos. Assim que obtinha o aceite de participação, pedia que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Aos pais com idade inferior a 18 anos, foi solicitado que um responsável assinasse o TCLE, a fim de atender à Lei nº 10.406, de 10/01/2002.

Os dados foram coletados através de uma entrevista semiestruturada, sendo fielmente transcritos, analisados e organizados em temáticas. Minayo (2007) afirma que o tema compreende a descoberta dos significados do material coletado, evidenciando o que é relacionado ao objeto de estudo, que pode ser expresso através de uma única palavra, uma frase ou resumo.

A partir da organização dos dados em conformidade com os objetivos do estudo, emergiram as seguintes temáticas: Escola: fonte de orientação na vivência da sexualidade; Relação entre a paternidade na adolescência e a evasão escolar e, Escola: rede de apoio à paternidade na adolescência?

Apresentando os sujeitos da pesquisa

Os pais adolescentes estudantes eram alunos de uma escola pública municipal de Pelotas. Durante o levantamento do número de alunos existentes na instituição, surpreendeu o fato de, na escola, apesar de possuir em torno de 3.600 alunos matriculados, existirem apenas dois pais adolescentes entre seus estudantes.

Consideramos que, para alcançar os objetivos do estudo era necessário ampliar o número de sujeitos, portanto optamos por incluir pais que não fossem estudantes e esta foi a razão pela qual se procurou a utilização do banco de dados da pesquisa RAPAD. Após obter autorização da coordenadora, foi realizado um levantamento dos pais adolescentes. Constatou-se que, durante os seis primeiros meses de coleta ininterrupta entre as puérperas adolescentes que ganharam seus filhos em um hospital de ensino em município no sul do Rio Grande do sul, havia apenas 10 pais adolescentes. Ao entrar em contato com cada um deles, foi obtido o aceite para participar da pesquisa de apenas três pais adolescentes.

Dessa forma, o estudo contou com a participação de cinco pais adolescentes com idades entre 17 e 19 anos, solteiros, um deles com ensino médio completo e quatro com ensino fundamental incompleto.

João, 19 anos, soube que iria ser pai com 18 anos. Na época da entrevista, estava terminando o ensino médio, trabalhava em uma academia de ginástica da qual seu pai era o proprietário, morava com a companheira e o filho em uma pequena casa que foi construída nos fundos da residência do sogro.

Cristiano, 17 anos, soube que seria pai aos 16 anos, estava cursando a sétima série do ensino fundamental, morava com a mãe e não trabalhava. Logo após o nascimento do filho, parou de estudar. A companheira, na ocasião, tinha 14 anos de idade.

Pedro, 18 anos, ficou sabendo da paternidade aos 17 anos, estava cursando a sétima série do ensino fundamental, morava com a companheira e com a filha, na casa da sogra. Quando começou a cursar a oitava série, precisou deixar a escola para trabalhar, até porque a mesma não lhe dava opções de horário. A companheira, quando ficou grávida, tinha 13 anos.

¹¹Pesquisa coordenada pela Prof^a. Dr^a. Sonia Maria Könzgen Meincke que esta acontecendo em três hospitais universitários vinculados as universidades públicas de três estados brasileiros: Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas (Pelotas/RS), Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis/SC), Hospital Universitário da Universidade Federal de Paraíba (João Pessoa/Pb) e financiada pelo CNPQ.

Guilherme, 19 anos, soube que seria pai com a mesma idade e já não frequentava a escola há mais ou menos dois anos. cursou até a sétima série do ensino fundamental e trabalhava como motoboy. Não morava com a mãe de seu filho. Quando da realização do presente estudo, morava com outra companheira que também tinha um filho de dois anos, de outro relacionamento.

Mateus, 17 anos, soube que seria pai com esta mesma idade, cursou até a quinta série do ensino fundamental, morava com a companheira e o filho na casa dos pais, em condições de conforto e infraestrutura desfavoráveis. Trabalhava em uma cabanha¹² em horário integral e precisou deixar os estudos porque a escola em que estudava não o aceitou mais, por causa da idade, transferindo-o para outra escola longe de sua residência, no turno da noite. Como seus pais não tinham condições de pagar transporte, ele precisou parar de estudar.

Cada um dos sujeitos escolhidos contribuiu de forma positiva para a construção deste trabalho e, a partir dos dados obtidos e analisados foi possível chegar as temáticas que serão a seguir apresentadas.

Escola: fonte de orientação na vivência da sexualidade

Ao analisar o conteúdo das informações dos pais adolescentes sobre as ações desenvolvidas pela escola que lhes permitiram identificá-la como uma componente da rede social de apoio, foi possível observar referências sobre a instituição escolar como fonte de orientação na vivência da sexualidade.

Nas falas a seguir, os pais adolescentes relatam orientações recebidas sobre sexualidade na escola que frequentavam. Dois dos pais adolescentes registraram que foram muitas as oportunidades de informação:

“Até demais. Tem gente que na hora não dá nem bola, só pensa que quer fazer. Eu, assim, não foi por descuido, eu pensava uma coisa e aconteceu outra.” (PEDRO 18)

“Falavam bastante. Era bem discutido, até.” (JOÃO 19)

Percebe-se, nas falas de Pedro e João, que a escola procurou exercer o seu papel de educadora, com relação ao tema em foco, uma vez que os pais adolescentes afirmam terem recebido orientações para vivenciarem sua sexualidade de maneira saudável.

Contudo, para o adolescente Mateus, a escola não foi uma fonte de informação, conforme se observa em sua fala:

“Acho que há pouca comunicação entre professores e alunos, eles não explicam muito. Às vezes tem palestras sobre esse negócio de camisinha, mas é uma vez por ano.” (MATEUS 17)

Percebemos que as instituições escolares enfrentam dificuldades para a inserção de novas práticas em educação sexual e, muitas vezes, deixam de se constituir em um espaço para que ocorram debates sobre saúde reprodutiva e sexualidade de uma forma contínua, devido à carência de recursos materiais e de pessoal capacitado. Para que a abertura de espaços de debate sobre orientação sexual ocorra, são necessários tanto professores habilitados, como um projeto pedagógico que tematize essas questões e articule a participação da comunidade escolar.

Creemos ser papel da escola prestar informações e possibilitar discussões sobre educação sexual aos estudantes adolescentes, esclarecendo que as decisões tomadas, principalmente nessa etapa da vida, não são feitas apenas de desejos sexuais. No entanto, para orientar os adolescentes é relevante propiciar o conhecimento e o diálogo, na perspectiva de promover a devida articulação da teoria com a vida cotidiana.

O domínio do conhecimento científico dos professores, pedagogos e demais membros da comunidade escolar sobre a sexualidade é importante para fornecer aos adolescentes informações sobre a eferescência hormonal que ocorre na puberdade, a fim de proporcionar reflexão, conscientização e aceitação das modificações que ocorrem em seus corpos. Além disso, destacamos a necessidade de enfatizar a prevenção de DSTs, para que os adolescentes possam adotar comportamentos preventivos e conscientes, no que tange aos mitos e preconceitos que envolvem a sexualidade. Assim, entendemos que seja imprescindível abordar e discutir educação sexual no contexto escolar, para que os adolescentes reflitam e percebam sua importância e se sintam seguros para dialogar sobre o assunto.

Discutir a sexualidade com os adolescentes é uma forma de aproximar mais os educadores da realidade que se vivencia em nosso dia a dia, uma vez que a mídia e outros meios de comunicação distorcem o assunto por completo. Além disso, pode também tornar o adolescente mais interessado e participativo, debatendo questões que o afetam diretamente.

¹² Cabanha é como chamam no Sul as fazendas de criação de animais puros. Existem cabanhas de cavalos, de gado e de carneiros (ASSOCIAÇÃO DE CAVALOS CRIOULO).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais o trabalho de orientação sexual na escola baseia-se na problematização, no levantamento de questões e ampliação do leque de conhecimentos e de opções do aluno, para que ele próprio escolha seu caminho. As diferentes temáticas da sexualidade podem ser trabalhadas dentro do limite da ação pedagógica, de modo a não serem invasivas com relação à intimidade e ao comportamento de cada aluno (BRASIL, 1997).

Para Ressel e Gualda (2003), a sexualidade faz parte da vida de todas as pessoas, é universal e, ao mesmo tempo, singular, envolvendo aspectos individuais, sociais, psíquicos e culturais que carregam historicidade, práticas, atitudes e simbolizações. Entretanto, Couto e Vale (2002) afirmam que a orientação sexual nas escolas tem como função primordial o esclarecimento e a problematização de questões que favoreçam a reflexão e o significado das informações, emoções e valores recebidos e vividos no decorrer da história de cada um.

Manzini (1993) pontua que a escola é o local privilegiado para trabalhos preventivos, enfocando a gravidez e a sexualidade, entre outros temas. No entanto, ela somente estará exercendo seu papel se estiver educando na totalidade, ou seja, levando em consideração a realidade do indivíduo, desenvolvendo suas percepções e as sensações, orientando para a compreensão da realidade e levando a refletir sobre ela. Ainda, para o mesmo autor, abordar sexualidade é uma tarefa complexa para a escola, uma vez que a mesma não pode focar uma única concepção, mas precisa considerar as dimensões biopsicossocial e espiritual.

A escola tem sido apontada como um importante espaço de intervenção sobre a sexualidade adolescente que, nos últimos anos, é vista como um problema de saúde pública. Ela desponta como um local privilegiado de implementação de políticas públicas que promovam a saúde de crianças e adolescentes. A intenção de introduzir esse assunto no âmbito escolar ganha reforço pela inserção da orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), na forma de tema transversal (ALTMANN, 2000).

O enfoque do tema “sexualidade”, na escola, pode implicar num processo de mudança e transformação, partindo do coletivo para o individual, pois as necessidades sexuais são singulares e únicas de cada pessoa. Por tanto, destacamos que discutir a sexualidade, na educação, é permitir o desenvolvimento da sensibilidade nos relacionamentos pessoais, levando em conta todos os aspectos do ser humano. Zagury (1996, p.54) afirma que “orientar sexualmente os adolescentes aponta o verdadeiro desafio”.

Salientamos a importância de proporcionar aos adolescentes conhecimento sobre as mais diferentes formas de se proteger e onde podem ter acesso a tais métodos de proteção, utilizando meios como palestras e/ou oficinas. Acreditamos que esta é uma estratégia a ser utilizada não apenas pelos profissionais da saúde, mas também pelos professores e pedagogos nas escolas, uma vez que convivem diariamente com os adolescentes e podem ser capazes de abordar esse assunto através de um diálogo aberto, claro e livre de preconceitos.

No entanto, alguns adultos que convivem com o adolescente, como pais e professores, geralmente, no cotidiano, possuem certa dificuldade para abordar a sexualidade com ele, evitando, dessa forma, que os adolescentes tenham uma fonte segura de esclarecimento às suas dúvidas (CANO; FERRIANI, 2000).

É possível afirmar, com base em Vasconcellos (2004, p. 21), que o trabalho desenvolvido na e pela escola tem uma “dimensão pública”, uma função social, pois “diz respeito a direitos fundamentais de cidadania”. E, nesse sentido, apesar das dificuldades mencionadas, é muito importante que a escola, juntamente com a comunidade escolar desenvolvam ações que propiciem uma abordagem pertinente sobre a sexualidade.

Paternidade na adolescência e a evasão escolar

No presente estudo, nenhum dos adolescentes demonstrou em suas falas ter evadido da escola por haver se tornado pai. Na verdade relataram ter parado de estudar bem antes, para terem recursos financeiros próprios e porque achavam que trabalhar era mais fácil do que estudar. Neste caso, apresentamos as falas de Mateus e Guilherme:

“Parei de estudar há um ano. É que, na época, eu ia para o colégio e ficava matando muita aula, aí eu resolvi querer trabalhar. Era mais fácil trabalhar do que ir para o colégio.” (MATEUS 17)

Eu comecei a trabalhar meio cedo. Eu trabalhava na tarde, meio turno e estudava de manhã num colégio aqui perto. Quando eu cheguei a uma certa idade, ou eu passava para a noite, ou mudava de colégio ou parava de trabalhar. Hoje mesmo eu precisei parar de estudar, para poder trabalhar para ter o meu dinheiro. Quando a gente sente o gostinho de ser independente, a gente não quer mais parar. Quando a gente é independente, não quer pedir mais nada pra ninguém. Eu quero conseguir um emprego bom, para poder me formar em eletromecânica. (GUILHERME 19)

Como enfatizaram Schelemberg et al. (2007), o abandono escolar pode ser um dos fatores que leva à paternidade na adolescência, o que foi verificado neste estudo, uma vez que os casos de evasão ocorreram antes

mesmo da paternidade acontecer, por uma opção do adolescente em adquirir meios de se sustentar. No entanto, na fala de Guilherme percebe-se que há possibilidade de retorno.

A paternidade e a gravidez precoces são ocorrências preocupantes relacionadas à sexualidade na adolescência, pois podem desencadear consequências na vida dos adolescentes, dos filhos que estão por vir e nas famílias. Essa situação não se restringe apenas à mãe adolescente, mas se estende também ao pai. A paternidade na adolescência está levando muitos adolescentes a abandonarem os estudos, uma vez que, ao se tornarem pais, muitas vezes desistem da escola para trabalhar e assumir responsabilidades de adultos, ou seja, tornarem-se provedores do lar, para sustentarem seus filhos e suas companheiras.

No estudo que realizaram com pais e mães adolescentes, Dias e Aquino (2006) evidenciaram que, para alguns jovens, trabalhar e estudar são tarefas de difícil conciliação, já que a busca por rendimentos próprios é muitas vezes motivada em função dos anseios por um projeto de autonomia e expectativas de consumo que se viabilizam por intermédio do trabalho. Dessa maneira, eles estabelecem o vínculo com o espaço público, formando a identidade e adquirindo reconhecimento. Logo, o desinteresse pelo estudo e a inserção no trabalho contribuem para um percurso fragmentado da vida escolar, tanto para mulheres como para homens.

Guilherme, em seu depoimento, destacou o anseio em conquistar seu espaço na sociedade e sua independência financeira através do trabalho:

O meu sonho é voltar para o quartel. Eu saí do quartel quando eu ia ser cabo. Havia um boato que a gente ia para o Haiti e eu não quis ficar longe dela. Poxa, a gravidez dela já foi de risco e, se ele nascesse e tivesse algum problema, eu não iria estar aqui para ajudá-la. Então eu pedi para sair. Se eu fosse, ia ser uma grande carreira dentro do quartel, ia ser a grande chance de enriquecer. Não é ser milionário, mas poder ter uma vida boa. (GUILHERME 19)

Observa-se, nas falas de Mateus e Guilherme, que em nenhum momento eles cogitaram a possibilidade de concretizarem seus projetos de vida através do estudo. Ao contrário, acreditavam que somente através do trabalho isso seria possível.

Segundo Yépez e Pinheiro (2002), à adolescência ainda somam-se, geralmente, a falta de oportunidades de educação, trabalho, lazer e cultura, decorrentes das grandes desigualdades estruturais vigentes. Por esse motivo, salientamos a importância de o adolescente estar inserido em um ambiente que lhe proporcione oportunidades, a fim de que lhe sejam propiciadas condições de desenvolvimento pessoal, social e político, e dentre esses ambientes, destacamos a escola. No entanto, quando este pai abandona a escola, perde a oportunidade de se apropriar de um espaço que é seu por direito; conseqüentemente, deixa a possibilidade de atingir com êxito seus projetos de vida.

A escola, por ser uma instituição que trabalha no contexto de uma comunidade que reúne pais, professores, alunos, pessoal administrativo e outras pessoas que possuem vínculos com o sistema educacional, agrega muitas experiências e conhecimentos, podendo estabelecer relações e parcerias com outros profissionais e instituições, contribuindo para o êxito de seu papel na formação do cidadão. Para tanto, de acordo com a Constituição Federal, art. 208, VII, manter os pais adolescentes na escola não é um favor, mas sim uma obrigação da instituição escolar. O ensino obrigatório gratuito como um direito público e dever do Estado é assegurado por lei.

O ensino fundamental é um direito assegurado a todos os brasileiros, devendo ser promovido e incentivado pela sociedade, com o objetivo do pleno desenvolvimento da pessoa, preparo ao exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Além disso, o ensino precisa ser adequado às condições do adolescente trabalhador. Neste contexto, Mateus, ao ser entrevistado, comentou que gostaria de voltar a estudar, juntamente com sua companheira, mas a falta de um lugar para deixar o filho tornou isso impossível:

“Se eu fosse estudar de manhã ou à tarde e tivesse creche. É difícil arrumar creche, até para poder trabalhar. A minha mulher, por exemplo, se ela arrumasse creche, ela ia poder voltar a estudar.” (MATEUS 17)

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a educação é dever da família e do Estado. O ensino precisa ser baseado na igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, na liberdade de aprender e ensinar, e na valorização da experiência extraescolar. Precisa ser concedido a todos o atendimento gratuito em creches e pré-escolas para as crianças de zero a seis anos de idade. Deve ser ofertado ao aluno ensino noturno regular, adequado às condições do mesmo, garantindo àqueles que forem trabalhadores condições de acesso e permanência na escola, bem como material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (DEMO, 1997).

A falta de recursos públicos existentes em nosso país impossibilita muitos adolescentes de concretizarem seus desejos e isso não é observável apenas na educação, mas também em todo o contexto social.

A falta de escolas, creches, hospitais, unidades básicas de saúde e outras instituições fazem com que as pessoas adaptem suas vidas de acordo com o que lhes é ou não oferecido. Como grande parte dos adolescentes opta pelo trabalho como garantia de renda para sobrevivência, não percebem que o estudo e a qualificação também são essenciais na conquista de melhores condições de vida.

Marques (2008) afirma que a função da escola no século XXI é estimular o potencial do aluno, levando em consideração as diferenças socioculturais, em prol da aquisição do conhecimento e de seu desenvolvimento global. O autor aponta três objetivos que são comuns e que precisam ser buscados pelas escolas modernas: estimular e fomentar o desenvolvimento nos níveis físico, afetivo, moral, cognitivo, de personalidade; desenvolver a consciência cidadã e a capacidade de intervenção no âmbito social e promover uma aprendizagem contínua, propiciando ao aluno as formas diversificadas de aprender e condições de inserção no mercado de trabalho.

Ao referir o desenvolvimento da democracia e a efetivação da cidadania, necessitamos pensar em uma escola que eduque adolescentes orientados para a participação social e respaldados por valores como equidade e justiça social. Para que isto ocorra de forma coerente com a democracia, pensa-se que a educação necessita pautar-se em certos princípios e ações que traduzam o ideal buscado. Por outro lado, a concretização dos ideais democráticos depende da educação, como uma medida que visa à igualdade de oportunidades.

Sem educação extensiva a todos, a democracia não se realiza. A escola, como instituição social, precisa ser democrática, tanto em suas práticas quanto em seu acesso. Assim, não pode haver democratização do ensino sem esforços sistemáticos para o acesso e a permanência de todos na escola. O acesso reivindicado para os adolescentes não é apenas o de frequentar uma escola, mas sim aos bens culturais da sociedade: conhecimentos, linguagens, expressões artísticas, práticas sociais e morais, enfim, o direito a um legado de realizações históricas às quais conferimos valor e das quais esperamos que as novas gerações se apoderem. Esta concepção ampla de acesso defronta-nos com as questões do fracasso escolar e da exclusão que o mesmo gera (KLEIN; PÁTARO, 2009).

Ainda, para as mesmas autoras as disciplinas curriculares deveriam desenvolver-se e relacionar-se com experiências oriundas do cotidiano dos alunos, permitindo-lhes atribuir significado ao que é apreendido, transformando as novas informações em conhecimentos relacionados à sua vida.

Cavalcanti (2005) argumenta que o entendimento da escola requer que o conteúdo das diferentes disciplinas escolares e os procedimentos por elas adotados considerem a cultura dos agentes, a cultura escolar e o saber sistematizado. A autora ressalta a necessidade de se pensar o ensino e a mediação pedagógica tendo como parâmetros a cultura de cada aluno em particular, contemplando, nesse sentido, a sua diversidade. Necessitamos, também, levar em conta que os estudantes fazem parte de um conjunto mais amplo, da humanidade, no qual há valores e traços universais a serem considerados, preservados e construídos. A articulação entre a diversidade e universalidade implica na consideração dos lugares que fazem com que as experiências dos indivíduos sejam diferentes. É preciso reconhecer as tensões, os conflitos, as práticas diárias, os quadros de referência dos grupos sociais dos quais os alunos e alunas fazem parte. Trata-se de considerarmos a diversidade de símbolos, significados, valores, atitudes, sentimentos, expectativas, crenças e saberes de um determinado grupo, que vive em contexto específico, que constrói identidades em situações particulares.

Dentro do contexto acima, Guilherme e Cristiano apontam que a escola necessitava ter uma pessoa que conversasse com os alunos, que discutisse com eles os problemas existentes e que fosse capaz de identificar o aluno que estivesse com dificuldades de aprendizagem.

Eu acho que, assim, que nem na escolinha do filho da minha esposa, quando o aluno está indo mal na escolinha, tem aquela pessoa que sempre conversa com eles; aquela pessoa, tirando os professores, os diretores e os monitores. É aquela pessoa que, quando vê que o aluno está indo mal, senta e conversa. Eu acho que a escola poderia ter isso. (GUILHERME 19)

“Acho que dar um apoio, um incentivo, acho que conversar.” (CRISTIANO 17)

Percebe-se que, para os pais adolescentes deste estudo, a escola na verdade não incentivou o acesso ao processo de ensino-aprendizagem, quando não analisou os motivos do abandono do estudo ou as faltas às aulas. Os profissionais da escola, entre os quais professores e pedagogos, parecem, às vezes, preocupar-se pouco com a rotina e a realidade de seus alunos. Pensamos que se houvesse maior participação na vida de cada um dos adolescentes talvez a evasão fosse algo distante, pois estes sentir-se-iam mais valorizados pelos educadores.

Concordamos com Lyra e Medrado (1999), ao afirmarem que a construção de um lugar social para a paternidade adolescente implica em abrir canais para que as vozes, os desejos, as necessidades e os anseios dos adolescentes encontrem possibilidades de se expressar e serem ouvidos. Ou seja, implica considerar que os adolescentes são atores sociais e, como tal, podem e devem participar da construção de seu destino humano e da sociedade.

A educação assume, atualmente, uma posição estratégica entre os recursos sociais, sendo tanto a porta de entrada para a participação na vida social, como um capital decisivo nas disputas do mercado de trabalho (PAUL; BARBOSA, 2008). Por esse motivo e demais razões antes expostas, acreditamos ser relevante incentivar o pai adolescente a ter acesso ao direito à educação. Para tanto, é indispensável que se criem oportunidades para que a escola e a família compartilhem funções sociais, políticas e educacionais, a fim de contribuir e influenciar na formação dos cidadãos. Essas instituições são responsáveis pela construção do conhecimento culturalmente organizado de acordo com as expectativas de cada indivíduo. Tanto a família como a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, podendo atuar como propulsoras ou inibidoras de seu crescimento físico, intelectual, emocional e social.

Escola: rede de apoio à paternidade na adolescência?

Com base nos depoimentos dos pais adolescentes a respeito do apoio que necessitavam receber da escola para permanecerem estudando, dois pais responderam que não sabiam e outros dois responderam o seguinte:

“De repente, ser mais flexível no negócio dos horários. A gente poderia ir de manhã ou às vezes de tarde. Acho que mais é flexibilidade de horário.” (JOÃO 19)

“Liberdade de turno também. No caso, me botaram para noite e, para noite, não ia dar pra mim, só se fosse de manhã. Ai eu tive que parar.” (PEDRO 18)

Pedro e João acreditavam que apenas a liberdade de turno já seria o suficiente para continuarem estudando, pois assim conseguiriam conciliar trabalho e estudo. Mas o apoio oferecido pela escola ao pai adolescente não se baseia apenas em oferecer turnos alternativos de estudo. São necessários, também, apoio psicológico, pedagógico, social e mais interação entre alunos e professores. Só assim, entende-se que, a escola possa se tornar um dos componentes da rede social de apoio ao adolescente.

Uma rede de apoio ao adolescente transforma-se em um espaço de construção de sujeitos responsáveis por suas escolhas. A rede social, de acordo com Sluzki (1997), corresponde ao seu nicho interpessoal, que contribui substancialmente para seu próprio reconhecimento como indivíduo e para sua autoimagem. Segundo as palavras do autor:

“As redes sociais constituem uma das chaves centrais da experiência individual de identidade, bem-estar, competência e agenciamento ou autoria, incluindo os hábitos de cuidado da saúde e a capacidade de adaptação em uma crise” (SLUZKI, 1997, p.42). Portanto, é preciso considerar que a família e a escola podem tornar-se instituições importantes para o desenvolvimento das redes de apoio, pois ambas, através de ações educativas, procuram ajudar o adolescente no enfrentamento de diferentes situações, e entre elas a paternidade e a maternidade.

A escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que contribuem e influenciam na formação do cidadão. A primeira é destacada como um contexto de desenvolvimento para o adolescente, priorizando uma reflexão sobre sua função social, as suas tarefas e papéis na sociedade contemporânea, especificamente no que diz respeito ao cenário político-pedagógico; a segunda atua como agente socializador importante, enfatizando aspectos relacionados às configurações familiares, à rede social de apoio, aos vínculos familiares e suas implicações para o desenvolvimento humano (DESSEN; POLONIA 2007).

Em sua fala, Guilherme deixa claro que gostaria que a comunidade escolar fosse mais participativa na vivência de cada um dos alunos, para conhecê-los mais profundamente:

Eu acho que poderia ter mais envolvimento dos professores com os alunos, sabe. Poder conversar, porque numa sala de aula ninguém sabe o que ocorre contigo, com a vida pessoal de cada um. Eu acho que os professores poderiam conversar mais com os alunos, saber se têm algum problema, para ajuda ou não. Eu estudava no turno da noite para trabalhar e na noite ninguém conversa, o professor só dá matéria. Ninguém conversa sobre o que são os problemas de família. (GUILHERME 19)

A escola como instituição precisa conhecer seus alunos, o contexto onde vivem e suas necessidades, para que possa interagir na vida de cada um deles, respeitando suas diversidades e dificuldades, sendo assim capaz de ser transformadora. Evidenciamos que todos os pais adolescentes deste estudo relataram que a escola não tomou conhecimento, ou simplesmente ninguém os procurou ou buscou conversar com eles sobre o que se passava, nem mesmo aqueles professores que tinham contato direto e diário com eles. Dessa maneira, percebe-se, com base nos dados da pesquisa, o quanto a instituição escolar está despreparada no que se refere ao conhecimento da vida de seus educandos.

De acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2008), para que os indivíduos possam compartilhar de uma situação comunicativa ideal, são necessários: um investimento na capacidade de situar-se em relação aos outros, de estabelecer relações entre objetos, pessoas e ideias; desenvolvimento da autonomia, isto é, indivíduos capazes de reconhecer nas regras e nas normas sociais o resultado do acordo mútuo, do respeito ao outro e da reciprocidade; formação de pessoas capazes de serem interlocutores competentes para expressar suas ideias, desejos e vontades, de forma cognitiva e verbal, incluindo a perspectiva do outro e capacidade de dialogar.

Os membros da escola necessitam sair dos muros que cercam a instituição para conhecerem a comunidade onde ela está inserida, proporcionando, dessa forma, que os alunos sejam os facilitadores desta troca. Acreditamos ser importante que os profissionais que atuam na escola reflitam sobre sua função social, as suas tarefas e papéis na sociedade contemporânea. E nesse aspecto, ressaltamos o papel da escola como componente da rede de apoio ao pai adolescente, na continuidade de sua formação e no exercício de seu papel de pai adolescente na sociedade.

Considerações Finais

A partir do estudo realizado, foi possível observar que o tema da paternidade na adolescência ainda é um assunto recente na bibliografia brasileira. A pesquisa evidenciou que nenhum apoio foi dado aos adolescentes, sujeitos deste estudo, que se tornaram pais em um período tão conturbado da sua vida. Observamos que o pai adolescente não é menos comprometido do que o pai adulto, no desenvolvimento de seu papel. A problemática está na evasão escolar, ou seja, na troca do estudo pelo trabalho, do caderno de aula pelo salário do mês. O adolescente, ao tornar-se pai, passa a sentir-se compromissado com os cuidados e com as obrigações que estão surgindo com a vinda de outro ser humano indefeso e que também é de sua responsabilidade – seu filho.

Na construção de uma rede de apoio aos pais ressaltamos que, nos relatos dos sujeitos entrevistados, não houve nenhum destaque, pois a escola, na visão dos estudantes, não foi uma rede incentivadora/apoiadora da permanência na escola. Os cinco pais adolescentes participantes da pesquisa abandonaram os estudos antes de se tornarem pais, para trabalharem e terem recursos próprios. No entanto, com a formação da nova família, o retorno ao estudo tornou-se impossível.

Há muitas dificuldades por parte das instituições de ensino para tornar concreto o que está definido na LDB, pois muitas vezes não possuem os recursos necessários ou profissionais preparados para enfrentar tantas mudanças que ocorrem na sociedade. Pensamos que o apoio ao pai adolescente não é uma obrigação só da escola, mas de todo um contexto social em que ele está inserido. A união de forças vindas da família, comunidade, sociedade, ou seja, de todas aquelas pessoas que desejam um futuro melhor para os adolescentes, poderá ser direcionada à sua formação como pai e cidadão.

Acreditamos que, não basta apenas ter leis no papel que falem sobre a obrigatoriedade do estudo, que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, que haverá valorização da experiência extraescolar e vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, se não há como colocar isso em prática.

Para efetivar a concretização da rede de apoio aos pais adolescentes é necessário que todos, família, alunos e professores, conheçam seus direitos e deveres, para que possam reivindicá-los e conquistá-los. O pai adolescente precisa conhecer o potencial que a escola possui para ajudá-lo e apoiá-lo na realização de seus projetos de vida, neste especial momento da experiência da paternidade. Para a escola, acreditamos ser altamente relevante conhecer as percepções e aspirações dos pais adolescentes, na perspectiva de contribuir com uma prática educativa voltada aos interesses dessa população específica, a fim de minimizar a evasão escolar e valorizar o estudo como potencializador de crescimento pessoal e oportunidade de trabalho.

Torna-se então importante conhecer o mundo do pai adolescente, a compreensão que tem de si mesmo, de seus direitos e deveres, e como exerce a paternidade diante de sua própria identidade e sexualidade. Ajudar o adolescente, principalmente aquele que se tornou pai em um momento de tantas descobertas e mudanças, lhe propiciará apropriar-se do papel de pai com mais segurança e tranquilidade. Além disso, o apoio dado pelas redes sociais, e entre estas destacamos a escola, poderá propiciar ao mesmo prosseguir nos estudos, para a consecução de seus objetivos futuros.

Percebemos a necessidade de mais atenção e investimentos por parte do poder público com relação à paternidade na adolescência, a fim de que possa ser melhor compreendida como uma questão social. A nova perspectiva acerca de paternidade que surge na atualidade, sob a égide do novo pai como membro ativo e participativo do processo de paternar, requer criação de novos conhecimentos, novas políticas e práticas sociais que ofereçam suporte para o exercício da paternidade.

Portanto, é primordial que a escola perceba o seu papel neste processo de socialização do adolescente, o qual não se restringe apenas a orientação da sexualidade, mas também engloba o incentivo ao retorno e permanência do aluno nos estudos. Assim, o apoio da escola é fator justificativo para que o pai adolescente seja capaz de exercer seu papel social de pai e cidadão, em igualdade com os demais integrantes da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALTMANN, H. Orientação sexual em uma escola: Sexualidade na adolescência recortes de corpos e de gênero. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, v.8, n.2, p.18-24, abril 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Ensino Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. Brasília, 1997.
- BRITO, R.; KOLLER, S. H. Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In: Carvalho, A. M. (org.). *O mundo social da criança: natureza e cultura em ação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. p.115-129.
- BUSTAMANTE, V. Ser pai no subúrbio ferroviário de Salvador: um estudo de caso com homens de camada populares. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 3, p. 393-402, set./dez. 2005
- CANO, M. A. T.; FERRIANI, M. C. G. Sexualidade na adolescência: um estudo bibliográfico. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, v.8, n.2, p.18-24, 2000.
- CAVALCANTI, L.S. Ensino de Geografia e diversidade: contribuição de conhecimentos geográficos escolares e atribuição de significados pelos sujeitos do processo de ensino. In: CASTELLAR, S. (org.). *Educação Geográfica: teorias e práticas docentes*. São Paulo: Contexto, 2005.
- COUTO, I. C.; VALE, S. M. B. *Puberdade, sexualidade e escola: um elo de dúvidas e descobertas*. 2002. Monografia – Curso de Pedagogia, Belém. Disponível em: http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/puberdade_sexualidade_e_escola.pdf Acesso em: fev/2010
- DEMO, P. *A nova LDB: ranços e avanços*. Campinas: Papirus, 1997.
- DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v.17, n.36, Abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103863X2007000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 Mar. 2009.
- DIAS, A. B.; AQUINO, E. M. L. Maternidade e paternidade na adolescência: algumas constatações em três cidades do Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.22, n.7, p.1447-1458, jul. 2006.
- ELSTER, A. B.; LAMB, M. E. (orgs.). *Adolescent fatherhood*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1986.
- GOMES, S. A. J.; RESENDE, R. V. O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 20, n. 2, mai/ago. 2004.
- HENNIGEN, I.; GUARESCHI, N.M. F. A paternidade na contemporaneidade: Um estudo de mídia sob a perspectiva dos estudos culturais. *Psicol. Soc.*, 14, 44-68. 2002.
- JARDIM, D. P.; BRÊTAS, J. R. S. Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira - SP. *Rev. bras. enferm.*, Brasília, v.59, n.2, p.157-162, mar/abr. 2006. Disponível em: Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672006000200007&lng=en&nrm=iso Acesso em jan/2010.
- KLEIN, A.N.; PÁTARO, C.S.O. *A escola frente às novas demandas sociais: educação comunitária e formação para a cidadania*. Disponível em: http://www.pucsp.br/revistacordis/downloads/numero1/artigos/1_escola_novas_demandas.pdf Acesso em:jan/2010.
- LEVANDOWISKI, D. C. Paternidade na adolescência: uma breve revisão da literatura internacional. *Estud. psicol.*, Natal, v. 6, n. 2, p. 195-209, 2001.
- LEVANDOWISKI, D. C. e PICCININI, C. A. A Interação Pai-Bebê entre Pais Adolescentes e Adultos. *Psicol. Refl. Crít.*, Porto Alegre, v.15, n.2, p.413-424, 2002.
- LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. *Educação escolar: políticas estruturais e organização*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- LYRA, J. F. *Paternidade Adolescente: uma proposta de intervenção*. 1997. 182f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- MANZINI, M. L. *A fala dos homens*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- MARQUES, E. C. *Espaço e grupos sociais na virada do século XXI*. Disponível em: <http://www.centrodametropole.org.br/pdf/grupos_edu.pdf>. Acesso em: set. 2008.
- MEDRADO, B.; LYRA, J. A adolescência “desprevenida” e a paternidade na adolescência: uma abordagem geracional e de gênero. In: SCHOR, N.; MOTA, M. S. F. T.; CASTELO BRANCO, V. (orgs.). *Cadernos: Juventude, saúde e desenvolvimento*. Brasília: Ministério da Saúde, 1999. v.1, p.230-248.
- MINAYO, M. C. S. *Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade*. 8.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 10.ed. São Paulo: Hucitec, 2007.
- PAUL, J. J.; BARBOSA, M. L. O. Qualidade docente e eficácia escolar. *Tempo soc.*, v. 20, n. 1, p. 119-133, jun. 2008.
- REIS, A. O. A. Opacidade e visibilidade da paternidade na reprodução adolescente. *Rev. bras. crescimento desenvolv. Hum.*, 7(2), p.69-76,1997.

- RESSEL, L. B.; GUALDA, D. M. R. A sexualidade como uma construção cultural: reflexões sobre preconceitos e mitos inerentes a um grupo de mulheres rurais. *Rev. esc. enferm. USP*, v. 37, n. 1, p. 82-87, 2003.
- RIOS, L. F.; PIMENTA, C.; BRITO, I.; TERTO, JR. V.; PARKER, R. Rumo a adultez: oportunidades e barreiras para a saúde sexual dos jovens brasileiros. *Cad. CEDES*, v. 57, n. 22, p. 45-61, 2002.
- ROSA, K. R.; BROERING, L. *Expressões dos adolescentes escolares sobre sexualidade e gravidez (monografia)*. 69 f. Curso de Graduação de Enfermagem da Universidade do Vale do Itajaí. Biguaçu, 2009. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Kenia%20Regina%20Rosa%20e%20Loiza%20Broering.pdf>. Acesso em Jan/2010.
- SCHELEMBERG, J. M.; PEREIRA, L. D. C.; GRISARD, N.; HALLAL, A. L. C. Características socioeconômicas e psicossociais do pai adolescente. *ACM arq. catarin. med.*, v.36, n.2, p.62-68, 2007. Disponível em: <<http://www.acm.org.br/revista/pdf/artigos/482.pdf>>. Acesso em: Out/2008.
- SILVA, M. S.; SILVA, M. R.; ALVES, M. F. P. Sexualidade e Adolescência: é preciso vencer os tabus. *Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária*. Belo Horizonte, 12 - 15 set. 2004.
- SLUZKI, C. E. *A rede social na prática sistêmica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997
- TRAVERSO-YEPEZ, M. A.; PINHEIRO, V. S. Adolescência, saúde e contexto social: esclarecendo práticas. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, dec. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822002000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 maio 2010.
- VASCONCELLOS, C. S. *Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano de sala de aula*. São Paulo: Libertad, 2004.
- WALL, G.; ARNOLD, S. How involved is involved fathering? An exploration of the contemporary culture of fatherhood. *Gender & Society*, v. 21, p. 508-527, 2007.
- ZAGURY, T. *O adolescente por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Recorde, 1996.

¹ Tatiane Machado da Silva Soares- Mestranda do Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Enfermagem da UFPel. tatibi_tati@yahoo.com

² Maria Cecília Lorea Leite - Doutora. Professora Adjunta da Faculdade de Educação da UFPel. melleite@gmail.com

³ Sonia Maria Könzgen Meincke – Doutora em Enfermagem. Professora Adjunta da Faculdade de Enfermagem da UFPel. meincke@terra.com.br